

# Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em carta ao governo brasileiro, OCDE condena as regras do Carf.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Michelle admite ter recebido conjunto.....6

PORTAL UOL - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

OCDE sugere retorno do voto de qualidade no Carf em carta a Haddad.....7

O GLOBO - ON LINE - RJ  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os interesses por trás da criação das CPIs das Americanas e do MST.....9

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera R\$ 2,3 bilhões de atrasados a beneficiários do INSS.....10

VALOR ONLINE - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

'Condições para queda dos juros estão mais presentes', diz BB.....13

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

TSE propõe tirar conteúdos do ar sem notificar usuário.....17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Urgência para "fake news" é aprovada.....19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Batalha por comando e relatoria da CPMI.....21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresários cobram reforma tributária.....22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Momento demanda simplificação e transparência tributárias (Artigo).....24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aumento de ISS.....25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Quase todos setores vão lucrar com reforma, aponta estudo.....26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária defende aprovar IVA único federal.....29

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Privilégios são arcados pelos pobres (Artigo).....31

O GLOBO - ON LINE - RJ  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impostômetro atinge hoje a marca de R\$ 1 trilhão, sete dias antes do que em 2022..... 33

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Momento demanda simplificação e transparência tributárias; leia artigo..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Julgamento bilionário no STJ é primeiro teste para ajuste fiscal..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo aguarda decisão do STJ para anunciar pacote de arrecadação..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal recua 0,4% em março..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara impede redução de subsídios tributários..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Solução para crise exige unificar câmbio e cortar impostos"..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Supremo valida fundo goiano que taxa o agro..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IRPJ e CSLL..... 44

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

O arcabouço fiscal em perspectiva histórica (Artigo)..... 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Há metas e metas (Editorial)..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O fator democrático do novo arcabouço fiscal - LU AIKO OTTA..... 48

# Em carta ao governo brasileiro, OCDE condena as regras do Carf



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que propôs mudanças nas regras do Carf. Gabriela Bilo - 13.mar/23/Folhapress

**Fábio Pupo** *brasilíia*

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) enviou uma carta ao governo brasileiro contestando as regras do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, que julga disputas bilionárias entre empresas e a União sobre pagamento de **impostos**.

Segundo a entidade, conhecida como "clube dos países ricos", o modelo do órgão não tem paralelo no mundo pelo grau de participação dos entes privados nas decisões.

A OCDE, cujos membros se comprometem com o cumprimento de boas práticas para seus governos e economias, diz que uma forma de mitigar problemas - como o potencial conflito de interesses nos julgamentos- é recriar o chamado voto de qualidade (que dá a um representante do governo o poder de desempate).

A carta fortalece a posição do ministro Fernando Haddad (Fazenda), que enviou ao Congresso em janeiro uma MP (medida provisória) recriando o voto de qualidade -que havia sido extinto em 2020 com aval dos parlamentares. Atualmente, a iniciativa do chefe da equipe econômica corre riscos de ser revertida ou desidratada em meio à resistência de congressistas.

Em entrevista à Folha, Haddad afirma que as considerações feitas pela OCDE são duras e mostram como as regras adotadas para o **Carf** em 2020

causam estranheza no mundo. Ele diz que todos os parlamentares vão receber o texto enviado pela entidade.

"Me parece um escândalo essa questão estar ainda objeto de protesto de lobistas. Bolsonaroistas e lobistas estão ativos em relação a isso", afirma o ministro. "Isso é fruto do patrimonialismo brasileiro, que se apossa do Estado e não quer abrir mão de seus privilégios. É uma excrecência."

Para Haddad, a situação pode até mesmo colocar em risco o processo de adesão do país à organização. "Praticamente inviabiliza a entrada do Brasil na OCDE. Nenhum empresário sério vai investir em um país com uma regra que o próprio Tribunal de Contas [da União] diz que é fonte potencial de corrupção", afirma.

Apesar de o texto respaldar o posicionamento da Fazenda pela volta das regras vigentes antes de 2020, Haddad diz que vai manter o acordo com representantes de empresários (costurado após envio de sua MP) para criar um meio-termo entre o que defendia originalmente o governo Lula e o que queriam os contribuintes.

Após conversas entre Fazenda e iniciativa privada, foi selado em fevereiro o acordo para livrar contribuintes de pagar juros e multas em caso de empate. "Não vou voltar atrás na minha palavra", diz o ministro -que, por outro lado, afirma que também não vai ceder mais.

Haddad não descarta também propor uma mudança mais ampla para o **Carf**, levando em conta os outros pontos abordados pela OCDE -como a falta de juizes de carreira no órgão. "Estamos começando um processo de saneamento. Vamos corrigir o que é mais escandaloso e depois, com mais calma, nos debruçamos sobre eventuais aperfeiçoamentos", afirma.

As mudanças propostas pelo ministro para o **Carf** integram um amplo pacote de ajuste fiscal anunciado em janeiro com potencial de melhorar as contas públicas em até R\$ 242,7 bilhões.

Após serem enviadas por via MR as mudanças propostas pelo governo para o tribunal administrativo devem ser transformadas em um projeto de lei a ser enviado pelo Executivo nos próximos dias. A alteração

foi decidida após uma disputa no Congresso pelo rito de tramitação das MPs -já que o governo recebeu o alerta de que, caso nada fosse feito, dificilmente o texto do **Carf** seria aprovado na Câmara.

A carta da OCDE tem a assinatura de Grace Perez-Navarro, diretora do Centro de Política e Administração Tributária da OCDE, e data de 31 de março. Ela foi enviada ao Ministério da Fazenda após uma reunião com Haddad no começo daquele mês em que foi discutida uma série de temas -entre eles, justamente o processo de recursos contra a cobrança de **impostos**.

Ela afirma que a OCDE fez uma pesquisa sobre o tema e concluiu inicialmente que entre os países examinados até há algum tipo de processo de apelação administrativa sobre discussões tributárias -mas não um que envolva representantes do setor privado no processo de revisão da tomada de decisão.

"Em vez disso, as revisões são realizadas por funcionários do governo da administração tributária ou do Ministério das Finanças", diz a diretora.

O levantamento da entidade identificou até agora apenas três jurisdições com diferentes graus de envolvimento do setor privado no recurso administrativo em matéria tributária (Dinamarca, Noruega e Finlândia). Nesses casos, diz a OCDE, "os representantes do setor privado não parecem ter o mesmo papel decisivo no recurso administrativo que têm no Brasil".

Ela relembra que a mudança na legislação brasileira em 2020 (que extinguiu o voto de qualidade) fez com que casos de empate na votação entre representantes do setor privado e do setor público se tornassem automaticamente favoráveis às empresas.

A Fazenda é impedida de levar os grandes temas tributários à apreciação dos tribunais, inclusive do STF (Supremo Tribunal Federal) e do STJ (Superior Tribunal de Justiça) -responsáveis por fixar a interpretação da lei federal e da Constituição (respectivamente).

Ou seja, a decisão contrária ao contribuinte poderia ainda ser contestada na Justiça -mas a decisão contra a administração tributária, não. A assimetria também é criticada pela OCDE.

"Isso parece inapropriado, porque, se a decisão resulta de um empate, indica que há algumas questões legais desafiadoras que provavelmente merecem ser mais esclarecidas e resolvidas por meio de um processo judicial independente", afirma Perez-Navarro.

Ainda segundo a OCDE, a decisão final e definitiva em um caso tributário de grande valor não seria normalmente tomada por uma equipe composta por juizes leigos, em que os votos dos representantes do setor privado têm peso decisivo.

"Onde os representantes do setor privado estão envolvidos na revisão administrativa ou judicial o processo é, em última análise, supervisionado por juizes profissionais de carreira, incluindo os juizes do Supremo Tribunal, que terão a palavra final."

A entidade também cita a longa duração do processo, com a possibilidade de as empresas empregarem estratégias protelatórias sem a obrigatoriedade de pagamento de qualquer imposto ou garantia em meio às discussões.

A OCDE ainda afirma que as considerações, em conjunto com outras questões ligadas ao **Carf**, representam um desafio fiscal significativo para o país e que a volta do voto de qualidade seria justificada. "Isso não terá um impacto negativo sobre os direitos dos contribuintes porque eles ainda terão seu recurso à revisão judicial independente."

Saiba mais sobre o **Carf**

O que é o Tribunal administrativo que decide em segunda e terceira instâncias disputas entre governo e contribuintes sobre pagamentos de **impostos**

O que é o voto de qualidade Poder de um representante do governo decidir o julgamento (a favor ou contra o contribuinte) em caso de empate

O que foi feito em 2020 Foi extinto o voto de qualidade, fazendo com que empates automaticamente dessem ganho de causa aos contribuintes. O governo fala em uma perda anual de R\$ 59 bilhões com a medida

O que o governo Lula decidiu em janeiro

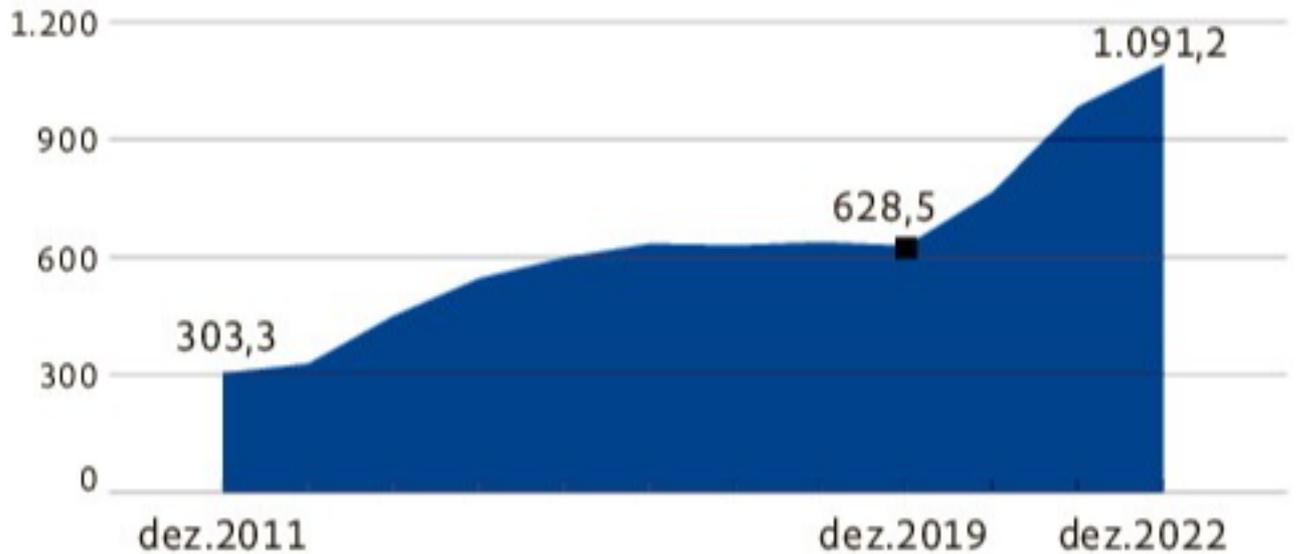
Enviou ao Congresso uma MP (medida provisória) recriando o voto de qualidade, com efeito imediato. A iniciativa precisa receber aval do Congresso

**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50258&maxTouch=0&\\_ga=2.58360303.414729696.1682305769-1380897342.1635735907&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50258&maxTouch=0&_ga=2.58360303.414729696.1682305769-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2)

## O estoque do Carf

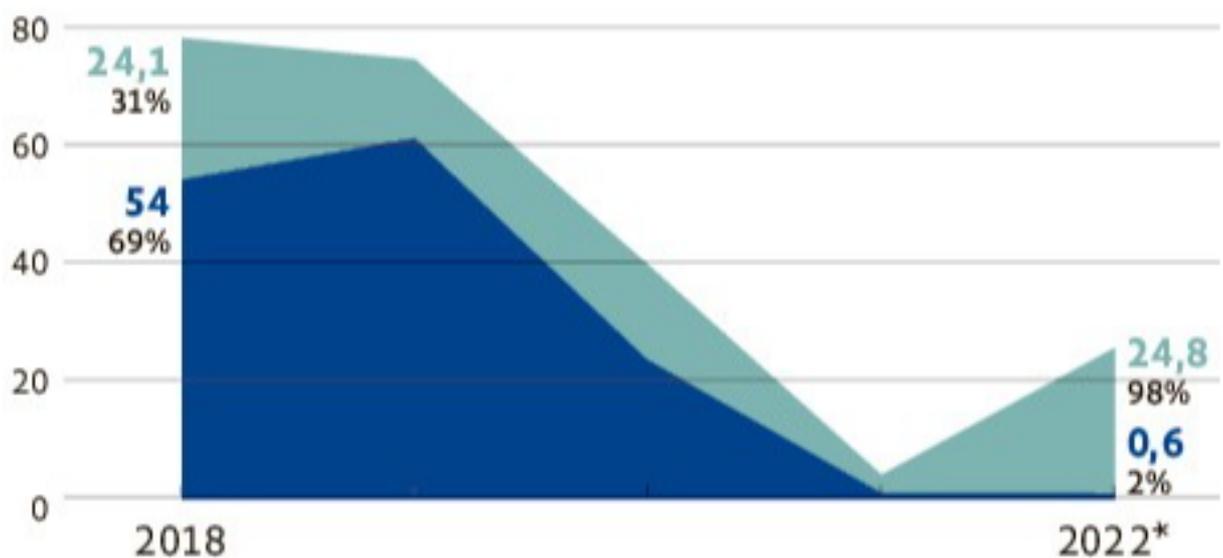
Valor acumulado de processos, em R\$ bilhões



## Julgamentos por empate/voto de qualidade

Valores, em R\$ bilhões

- A favor da Fazenda
- A favor do contribuinte



\* Prévia

Fontes: Lei de Acesso à Informação, Ministério da Fazenda e dissertação de mestrado de Ricardo Fagundes da Silveira

# Michelle admite ter recebido conjunto

ESTADÃO CONTEÚDO



## Michelle sobre o kit masculino: "O que eu tenho a ver com isso?"

De passagem na Câmara dos Deputados para evento do PL Mulher, ontem, a ex-primeiradama Michelle Bolsonaro admitiu ter recebido o segundo pacote de joias que entrou ilegalmente no país. O conjunto inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard, avaliados em cerca de R\$ 2,5 milhões.

Em depoimento à Polícia Federal, a servidora Marjorie Guedes, que era coordenadora do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica (GADH), afirmou a então primeira-dama recebeu os itens em 29 de novembro de 2022.

Segundo sustentou, ontem, Michelle Bolsonaro, "foi tudo feito pelo trâmite administrativo".

"Eu não (recebi em mãos). Ela (a caixa joias) estava no Alvorada.

Ela é passada pela administração.

Ela estava no Alvorada. Eu morava onde? No Alvorada", ressaltou ex-primeira-dama.

Michelle tentou argumentar que, quando afirmou desconhecer os presentes milionários, se referia apenas aos itens femininos avaliados em cerca de R\$ 16,5 milhões. O kit ficou retido na alfândega do Aeroporto de Guarulhos, quando a comitiva do governo Bolsonaro tentou entrar no Brasil sem declarar os itens à **Receita Federal**. Os itens estavam na bagagem de um assessor do então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

De acordo com a mulher de Bolsonaro, seu desconhecimento não incluiria "joias masculinas", apenas as femininas.

"Essas joias que chegaram ao Alvorada foram as masculinas.

Então, estão me associando ao primeiro caso (do conjunto de diamantes apreendido pela **Receita Federal**), quando eu falei que não sabia, e não sei mesmo. Tanto que essas joias continuam apreendidas, e essa, do Alvorada, está na Caixa Econômica Federal.

O que eu tenho a ver com isso?", questionou Michelle, ao ser abordada por jornalistas.

As joias só foram entregues à Caixa Econômica Federal após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

## Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/26/all.pdf>

# OCDE sugere retorno do voto de qualidade no Carf em carta a Haddad

SÃO PAULO (Reuters) - A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) enviou no final de março uma carta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contestando o funcionamento do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, responsável por julgar em nível administrativo litígios tributários.

De acordo com a OCDE, o fim do chamado voto de qualidade em 2020 não tem paralelo com a maioria dos países avaliados pelo órgão, já que eles possuem alguma forma de processo de apelação administrativa, mas não de forma que envolva representantes do setor privado no processo de revisão da tomada de decisões.

Em vez disso, as revisões são realizadas por autoridades governamentais da administração tributária ou do Ministério da Fazenda, disse a OCDE na carta, datada de 31 de março.

O voto de qualidade foi restaurado por medida provisória do governo Lula após ter sido extinto durante a gestão passada, e autoriza o presidente do colegiado a dar um voto de desempate nos julgamentos. O fim do mecanismo implicava em benefício automático a contribuintes em casos de empate.

Um retorno a esse processo vai mitigar as possíveis consequências negativas do modelo estabelecido em 2020...Isso não terá um impacto negativo sobre os direitos dos contribuintes porque eles ainda irão conservar o recurso à revisão independente judicial em que poderão contestar sob bases legais a avaliação tributária, bem como as taxas cobradas e as penalidades aplicadas, completou a OCDE.

No entanto, a MP que retomava a previsão do voto de desempate em julgamentos do **Carf** não chegou a ser instalada, e o tema deverá ser reeditado na forma de um projeto de lei com urgência constitucional.

Em entrevista à Folha de S. Paulo, Haddad afirmou que as considerações feitas pela OCDE são duras e mostram como as regras adotadas para o **Carf** em 2020 causaram estranheza no mundo.

(Por Camila Moreira)

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL TERRA  
OCDE sugere retorno do voto de qualidade no Carf em carta a  
Haddad

**Site:**

***[https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/26/  
ocde-sugere-retorno-do-voto-de-qualidade-no-carf-em-  
carta-a-haddad.htm](https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/04/26/ocde-sugere-retorno-do-voto-de-qualidade-no-carf-em-carta-a-haddad.htm)***

# Os interesses por trás da criação das CPIs das Americanas e do MST

**Por Bernardo Mello Franco**

Além da CPI do Golpe, a Câmara prepara a instalação de mais duas comissões parlamentares de inquérito: uma sobre as Lojas Americanas, outra sobre o MST. Por motivos diferentes, ambas já devem começar sob descrédito.

A CPI das Americanas foi proposta por André Fufuca. O deputado de bochechas rosadas despontou como pupilo de Eduardo Cunha. Hoje é protegido de Arthur Lira, que o alçou a líder do PP.

O objetivo declarado da CPI é investigar o rombo contábil nas Americanas. Isso já tem sido feito pela Comissão de Valores Mobiliários, em força-tarefa com o Ministério Público e a Polícia Federal.

Na prática, a comissão dará a seus integrantes um pretexto para convocar empresários bilionários. É aí que mora o perigo - ou a oportunidade de negócios.

Em 2016, o deputado Altineu Côrtes causou bate-boca ao tentar arrastar o banqueiro Joseph Safra para a CPI do **Carf**. O vice-presidente da comissão, Hildo Rocha, estranhou a insistência: "Será que está sendo construída aqui uma trama para tirar dinheiro deste cidadão?".

Côrtes foi investigado no Supremo sob suspeita de usar outra CPI, a da Petrobras, para achacar o empreiteiro Milton Schahin. O caso seria arquivado por falta de provas. Sete anos depois, o deputado virou líder do PL e entusiasta da CPI das Americanas. Diz que a comissão é "urgente" e precisa ser instalada "o mais breve possível".

Outros interesses explicam o lobby pela CPI do MST. A comissão foi proposta pelo deputado bolsonarista Tenente-Coronel Zucco. É apoiada pela bancada ruralista, cujas posições contra a reforma agrária são conhecidas.

Militar da reserva, Zucco já deixou claro que não vai esperar a investigação para tirar conclusões. Nas últimas semanas, chamou os sem-terra de "criminosos", "terroristas" e "baderneiros".

Os métodos do MST podem ser questionados, mas o requerimento da CPI não aponta um fato determinado

para justificar sua criação. Limita-se a citar um "crescimento desordenado" das ocupações, sem dados que embasem a afirmação.

Esta será a quinta CPI contra o MST em duas décadas. As outras quatro tiveram muito circo e pouca investigação. Em 2005, ao fim da CPI da Terra, os ruralistas chegaram a aprovar relatório que sugeria tipificar as ocupações como crime hediondo e seus participantes como terroristas. Não deu em nada na época, e não deve dar em nada agora.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/blogs/bernardo-mello-franco/coluna/2023/04/os-interesses-por-tras-da-criacao-das-cpis-das-americanas-e-do-mst.ghtml>

# Justiça libera R\$ 2,3 bilhões de atrasados a beneficiários do INSS

## Economia

### / Do R7

O CJF (Conselho da Justiça Federal) liberou R\$ 2,3 bilhões em atrasados para beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que conseguiram a concessão ou revisão do benefício na Justiça.

O valor corresponde a ações previdenciárias e assistenciais, como revisão de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, de 88.908 processos, que são destinadas a 257.904 pessoas, somando 205.630 processos.

Os pagamentos são referentes às RPVs (Requisições de Pequeno Valor) de março deste ano. As RPVs são valores atrasados de até 60 salários mínimos - R\$ 78.120,00 -, pagos em ações propostas no Juizado Especial Federal.

O valor foi repassado aos TRFs (Tribunais Regionais Federais), num total de R\$ 3,1 bilhões para quitar ações de 213.999 processos, com 261.696 beneficiários. Desse valor, R\$ 2,3 bilhões são para os segurados da Previdência.

O Conselho esclarece que cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados. Com relação ao dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque, a informação pode ser obtida por meio da consulta de RPVs disponível no portal do Tribunal Regional Federal responsável.

A consulta deve ser feita com o advogado responsável pela ação ou no site do tribunal federal, que mostrará a data em que a ordem de pagamento foi emitida pela Justiça.

TRF da 1ª Região (DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

Geral: R\$ 1.225.520.120,82

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 945.532.207,50 (86.388 processos, com 100.876 beneficiários)

TRF da 2ª Região (RJ e ES)

Geral: R\$ 251.883.055,26

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 194.028.422,79 (16.796 processos, com 21.796 beneficiários)

TRF da 3ª Região (SP e MS)

Geral: R\$ 606.603.561,41

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 383.350.121,44 (22.104 processos, com 27.974 beneficiários)

TRF da 4ª Região (RS, PR e SC)

Geral: R\$ 689.759.168,80

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 586.930.560,97 (58.724 processos, com 72.874 beneficiários)

TRF da 5ª Região (PE, CE, AL, SE, RN e PB)

Geral: R\$ 344.214.053,25

Previdenciárias/Assistenciais: R\$ 255.937.061,97 (21.618 processos, com 34.384 beneficiários)

A instituição financeira deve fornecer informações prévias e adequadas sobre o crédito consignado antes de fechar o contrato. Entre elas, estão: valor total financiado com e sem juros; taxa mensal e anual de juros; acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários; e valor, quantidade e periodicidade das prestações. Todos estes dados devem constar do contrato, assim como a identificação e assinatura das partes. Uma via deste documento deve sempre ser entregue ao consumidor.

Contábeis

O Procon-SP registrou 4.123 reclamações sobre crédito consignado de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) de janeiro a outubro de 2020. O volume é 102,6% maior do que os 2.035 casos ocorridos em igual período no ano passado. Clique nas imagens acima e veja dicas do Procon-SP para não cair em golpes e utilizar o crédito consignado da melhor forma.

C A I O  
ROCHA/FRAMEPHOTO/FRAMEPHOTO/ESTADÃO  
CONTEÚDO

Confira a rede de bancos e financeiras credenciados para esse tipo de crédito. Aqui segue a lista: Banco Arbi S/A; Banco BMG S/A; Banco Bradescard S/A, Antigo Banco Ibis/A; Banco Bradesco Financiamentos S/A; Banco Bradesco S/A; Banco CBSS S.A; Banco Cetelem S/A, Antigo Banco BGN S/A; Banco Cooperativo Do Brasil S/A- Bancoob; Banco Cooperativo Sicredi S/A; Banco da Amazonia S/A - Basa; Banco Daycoval S/A; Banco do Brasil S/A; Banco do Estado de Sergipe S/A - Banese; Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A- Banrisul; Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB; Banco Gerador S/A - Atual Banco Agiplan S/A; Banco Industrial do Brasil S/A; Banco Intermedium S/A; Banco Itau Consignado S/A, Antigo Banco Itaú BMG Consignado S/A; Banco Mercantil do Brasil S/A; Banco Pan S/A, Antigo Banco Panamericano S/A; Banco Safra S/A; Banco Santander (Brasil) S/A; Banco Semear S/A; Banco Votorantim S/A; Banestes S/A Banco do Estado do Espirito Santo; Barigui S/A Credito Financiamento e Investimentos; BRB Banco de Brasilia S/A; BRB Credito Financiamento e Investimento S/A; Caixa Econômica Federal; Caruana S/A - Sociedade de Credito, Financiamento e Investimento; CCB Brasil S/A Credito Financiamentos e Investimentos, Antiga Sul Financeira S/A - Crédito Financiamentos e Investimentos; Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Aposentados, Pensionistas e Idosos Ligados ao Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sicoob Coopernapi); Crediare S/A - Credito, Financiamento e Investimento; Facta Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento; Financeira Alfa S.A. Credito, Financiamento e Investimentos; Gazincred S/A Sociedade De Credito, Financiamento e Investimento; Itau Unibanco S/A; Mercantil do Brasil Financeira S/A- CFI; Ole Bonsucesso Consignado S.A., Antigo Banco Bonsucesso Consignado S/A; Parana Banco S/A; Parati - Credito Financiamento e Investimento S/A; Santinvest S/A Credito Financiamento e Investimentos; Socicred Sociedade de Credito ao Microempreendedor Ltda; Via Certa Financiadora S/A - Crédito, Financiamento e Investimento;

C A I O  
ROCHA/FRAMEPHOTO/FRAMEPHOTO/ESTADÃO  
CONTEÚDO

Pesquise quais bancos oferecem as melhores taxas e condições;

DUDU CONTURSI/UAI FOTO/ESTADÃO CONTEÚDO

Fique atento às ligações para oferecer crédito: não

informe seus dados pessoais, nem bancários já que não é possível afirmar

quem está oferecendo;

Getty Images

Verifique o impacto que o valor das parcelas causará no seu orçamento;

Aloisio Mauricio /Fotoarena/Folhapress - 25.3.2019

Não entregue seu cartão de banco/beneficiário ou qualquer documento para desconhecidos ou terceiros (amigos, parentes etc.);

LUIS LIMA JR/FOTOARENA/FOTOARENA/ESTADÃO  
CONTEÚDO

Para obter o crédito consignado não é necessário contratar outro produto ou serviço do banco ou financeira que está oferecendo o empréstimo. Essa prática é chamada de venda casada e, de acordo com o CDC, é considerada abusiva;

Bruno Rocha/Fotoarena/Estadão Conteúdo

Não pegue dinheiro para emprestar aos outros: uma das formas mais comuns de endividamento de aposentados é pegar dinheiro para ajudar parentes, já que quem assume o débito se o parente não pagar é quem contratou o empréstimo;

LUIS LIMA JR/FOTOARENA/FOTOARENA/ESTADÃO  
CONTEÚDO

A instituição financeira deve fornecer informações prévias e adequadas sobre o crédito consignado antes de fechar o contrato. Entre elas, estão: valor total financiado com e sem juros; taxa mensal e anual de juros; acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários; e valor, quantidade e periodicidade das prestações. Todos estes dados devem constar do contrato, assim como a identificação e assinatura das partes. Uma via deste documento deve sempre ser entregue ao consumidor.

Contábeis

O Procon-SP registrou 4.123 reclamações sobre crédito consignado de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) de janeiro a outubro de 2020. O volume é 102,6% maior do que os 2.035 casos ocorridos em igual período no ano passado. Clique nas imagens acima e veja dicas do Procon-SP para não cair em golpes e utilizar o crédito

consignado da melhor forma.

C A I O  
ROCHA/FRAMEPHOTO/FRAMEPHOTO/ESTADÃO  
CONTEÚDO

Gostaria de ver as fotos novamente ?

**Site: <http://noticias.r7.com/economia/justica-libera-r-23-bilhoes-de-atrasados-a-beneficiarios-do-inss-26042023>**

# 'Condições para queda dos juros estão mais presentes', diz BB

**Por Guilherme Pimenta - De Brasília**

Primeira mulher e primeira negra a comandar o Banco do Brasil (BB) em 214 anos de história, Tarciana Medeiros, 44, faz coro - ainda que de forma moderada - aos apelos do governo e avalia que já há condições para o Banco Central começar a reduzir a taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano. "Os juros não podem permanecer no patamar atual por muito tempo", afirmou ao Valor em sua primeira entrevista exclusiva desde que assumiu o comando da instituição financeira, há cem dias, completados nesta quarta-feira. "Uma taxa de juros muito alta inibe a atividade econômica e desacelera a economia."

A apresentação do arcabouço fiscal "trará avanços na queda sustentável da taxa de juros", na visão de Medeiros. "A sociedade e as empresas sempre buscaram se adaptar ao patamar da taxa básica, mas esse é um esforço que tem limite e tempo de maturação", disse.

Indicada ao cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a executiva é funcionária de carreira do BB, com 23 anos de casa. A executiva destacou a estratégia de sua gestão de apoiar principalmente micro e pequenas empresas (MPEs), e afirmou que não haverá desaceleração de crédito por parte do banco em um momento de preocupação por parte do governo e do mercado. Segundo ela, nos primeiros cem dias deste ano, o Banco do Brasil aumentou em 34% o desembolso de crédito para o segmento (incluindo capital de giro, recebíveis e investimentos). Em toda a carteira de empresas, incluindo o atacado (médias e grandes companhias), a alta foi de 14%, com R\$ 48,9 bilhões liberados.

"Neste instante, não me preocupo", respondeu quando questionada se há uma crise de crédito no país. Apesar disso, a executiva contou que o banco se antecipou e lançou estratégias específicas para renegociações de dívidas - com aumento de 40% nestes primeiros cem dias em relação ao ano passado (o que representa R\$ 2,5 bilhões). Ela também disse que não há sobressaltos nos índices de inadimplência, nem mesmo para MPEs e pessoas físicas, áreas de maior preocupação no governo.

Em linha com a visão dos bancos privados, a executiva avaliou que é preciso fazer um estudo do

setor de cartão de crédito antes de impor um teto de juros ao rotativo, desejo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Existem discussões mais profundas que precisam ser feitas antes de definições de teto ou não", ponderou a presidente do BB.

Valor: A senhora é a primeira mulher a comandar o BB e completa cem dias na presidência nesta quarta. O que foi feito até aqui?

Tarciana Medeiros: Tenho cuidado em trabalhar em conglomerado, com todas as empresas [do grupo]. Os objetivos iniciais já foram cumpridos, e destacaria a criação de um comitê estratégico de diversidade, formal e institucional. Temos um comitê de crédito, e agora um de diversidade no mesmo nível de importância. Também houve a inclusão de mais mulheres em cargos de gestão.

Valor: E em termos de resultados?

Medeiros: Houve evoluções. Um exemplo é a agricultura familiar. Nos primeiros cem dias, tivemos crescimento de 36% em relação a 2022, com R\$ 4,4 bilhões liberados. É motivo de muita comemoração e celebração mesmo. Tivemos um período com dificuldade no crédito de agricultura familiar, no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e os funcionários compraram a estratégia de conciliar a atuação comercial com a social. Estamos trabalhando forte em cadeia produtiva, desde o pequeno produtor até o financiamento da indústria que exporta. E crescemos sem deixar de fazer nenhum grande negócio no agronegócio: liberamos R\$ 35 bilhões nos primeiros cem dias no agro, 34% de crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

Valor: A senhora pode dar um exemplo de como é possível conciliar o social com o comercial? A percepção de alguns é a de que existe uma dicotomia...

Medeiros: Temos 2,34 mil unidades do Minha Casa Minha Vida (MCMV) concluídas nestes primeiros meses. É um programa de governo e o BB, um dos operadores. Quando entregamos essas unidades, financiamos, por exemplo, micro e pequenas empresas da região e, junto às prefeituras, a infraestrutura de transporte público. Além disso, temos

a aquisição de 2,34 mil novos clientes para o banco. É possível, sim, atuar nas duas faces da economia: cuidar do social e do comercial.

Valor: Não estamos com dificuldade para emprestar, estamos focados na estratégia de hiperpersonalizar a concessão de crédito"

Valor: Como o BB tem trabalhado frente ao atual cenário do crédito no Brasil, uma das principais preocupações da equipe econômica, especialmente para micro e pequenas empresas?

Medeiros: É um segmento que sofreu nos primeiros cem dias, e havia uma expectativa de se o BB pararia de emprestar, mas pelo contrário. Crescemos 34% em volume de desembolsos. E tenho feito muita questão de, em todos os negócios que vamos fazer, que observe a mulher nesse contexto. Quando falamos de micro e pequenas empresas, R\$ 8,3 bilhões foram para empresas que são dirigidas por mulheres, 36% a mais em relação aos três meses de 2022.

Valor: Há uma crise de crédito no Brasil?

Medeiros: Em relação ao banco, precisa ser levada em consideração uma gestão de capital e de inadimplência de forma muito direcionada. Quero deixar como mantra entregar um banco para cada cliente, e tenho falado em preço por cliente. Existe um piso, um teto de preço para qualquer linha de crédito nas quais podemos atuar. O BB vive um momento em que estamos colhendo o resultado. Não estamos com dificuldade para emprestar, estamos focados na estratégia de hiperpersonalizar a concessão de crédito e na indicação de outros produtos para o cliente. Conseguir ampliar a carteira de crédito nestes cem dias é fruto dessa atuação mais direcionada.

Valor: Mas essa situação direcionada não significa que o banco será mais rigoroso na hora de conceder crédito?

Medeiros: Não necessariamente. Significa que o cliente vai pagar no crédito o preço que diz respeito ao comportamento dele, com o melhor produto.

Valor: Como assim?

Medeiros: Uma microempresa pode buscar um capital de giro, mas na verdade ela precisa de investimento. Vamos orientar de maneira adequada, porque a destinação de um recurso de investimento é bem diferente do capital de giro.

Valor: Então não há uma preocupação com o cenário do crédito?

Medeiros: Neste instante, não me preocupo. Estamos dando andamento ao planejamento que nos propusemos para 2023. Pode acontecer para deslocar curva de resultado de um trimestre para o outro, mas nada que vá comprometer o plano.

Valor: Mas apesar de mais controlada do que outros bancos, o BB também apresentou uma alta da inadimplência no último trimestre. Qual cenário a senhora vislumbra para o ano?

Medeiros: Vislumbramos uma manutenção de gestão dessa inadimplência em patamares muito aceitáveis.

Valor: Mas o banco trabalha com algum aumento desses índices, ainda que na margem?

Medeiros: Não tenho informação de fechamento de resultado [do primeiro trimestre de 2023], mas em todos os acompanhamentos que fizemos, não houve nenhum sobressalto em nenhuma linha que mereça uma atenção especial.

Valor: Nem no âmbito de pequenas empresas e pessoas físicas?

Medeiros: Não.

Valor: Então não haverá suspensão ou freio no crédito?

Medeiros: Não é o cenário do Banco do Brasil.

Valor: O governo está desenvolvendo o Desenrola, para renegociar dívidas de até 70 milhões de CPFs negativados. Essa quantidade de pessoas inadimplentes preocupa o banco?

Medeiros: Até que saia o Desenrola, na linha da gestão responsável, não paramos de renegociar dívidas de pessoas físicas e microempresas. Houve uma ampliação de 40% em relação ao mesmo período do ano passado. Precisamos desse cliente saudável para que ele continue inserido na economia.

O banco tem a missão de concorrer com os demais, e um do tamanho do nosso ajuda a trazer equilíbrio"

Valor: O presidente Lula tem falado muito em crédito direcionado. O BB estuda linhas específicas?

Medeiros: Estamos tratando de microcrédito no âmbito do Pronaf. Já no microcrédito para microempreendedor individual (MEI) estamos conversando com o governo. O Banco do Nordeste, por exemplo, tem expertise muito grande, e o governo quer exportar para os demais players, entre eles o BB.

Valor: A senhora assume o BB após uma gestão que entregou lucros recordes. As projeções deste ano são de manter e até ampliar essa rentabilidade. Isso será possível no cenário atual?

Medeiros: O BB vai dar o resultado do tamanho do banco. A estratégia e o guidance estão dados. Trabalhamos para atender o que já divulgamos a mercado. Para os próximos anos, a tendência é manter os resultados.

Valor: Mas existe uma avaliação na área fiscal do governo e entre especialistas no sentido de que as empresas estatais podem perder lucratividade e, conseqüentemente, repassar menos dividendos à União...

Medeiros: O banco permanecerá sendo lucrativo aos acionistas, inclusive ao majoritário. Quando olhamos para nossa política de payout [pagamento de dividendos], já há até uma discussão se o BB poderia pagar e elevar o pagamento de dividendos. Nossa estratégia está atrelada à responsabilidade da gestão. Dentro das empresas do grupo, pode até haver uma revisão na política de payout, mas neste instante ainda não é o caso do BB.

Valor: Qual deve ser o papel de um banco como o BB, de economia mista?

Medeiros: Deve competir. Somos um banco, um banco público de economia mista. Mas quando falamos de competição, ela não diz respeito a ganhar do outro em preço. Há uma noção de dar mais resultados, mas às vezes é ser mais sustentável no sistema financeiro. Quando um cliente vem ao BB e também é cliente do Itaú ou do Santander, ele mantém os negócios dele, mas também faz negócios aqui. O banco tem a missão de concorrer com os demais, e um banco do tamanho do nosso ajuda a trazer equilíbrio para esse sistema econômico. O que o cliente espera do BB mudou. É importante ter um player público que concorre no nível que concorreremos.

Valor: O que o cliente espera do BB hoje?

Medeiros: Um banco com presença em todo o país: física ou digital. O cliente e o mercado esperam o BB forte no agronegócio, e a sociedade espera uma atenção voltada à agricultura familiar, proporcionando também inclusão financeira de micro e pequenas empresas, além de crédito para o empreendedorismo.

Valor: A sra. também acha que a taxa básica de juros está alta no Brasil, como dizem Lula e outros representantes do governo?

Medeiros: Não só no Brasil, mas em qualquer

economia de mercado uma taxa de juros muito alta inibe a atividade econômica e desacelera a economia. Isso não é opinião, mas fato. A sociedade e as empresas sempre buscaram se adaptar ao patamar da taxa básica, mas esse é um esforço que tem limite e tempo de maturação. Os juros não podem permanecer no patamar atual por muito tempo. Acredito que as condições para que a taxa básica caia estão cada vez mais presentes. O mercado recebeu bem o IPCA de março, com indicações claras de desaceleração de preço. O petróleo, com a guerra, sofreu alta, e estamos em um momento de preços mais acomodados. Temos as novas agendas macroeconômicas, com o arcabouço fiscal que, somado à **reforma tributária**, trará avanços na queda sustentável da taxa de juros. Com base nessas questões, acredito em queda da Selic de forma consistente, para que a gente tenha um nível de juros básicos que estimule investimentos novamente.

Valor: O BC defende o patamar atual, sob o argumento de que uma derrubada da Selic sem credibilidade poderia gerar um efeito ruim no médio/longo prazo...

Medeiros: Não vou comentar questões do regulador nem entrar na seara da discussão do regulador com o governo, mas repito: não é sustentável por muito tempo. Em algumas situações, é necessário para que mantenha o controle da **inflação**, mas não é sustentável a manutenção dos patamares atuais.

Valor: A governança do banco hoje é mais robusta para evitar eventuais pressões políticas como houve no passado, como uma tentativa do governo de usar bancos públicos para reduzir taxas de juros?

Medeiros: Temos uma estrutura de governança corporativa forte e consolidada. As decisões são colegiadas e muito discutidas, dando conforto.

Valor: E qual a avaliação da sra. sobre o uso dos bancos públicos para reduzir taxas de juros, como feito no passado?

Medeiros: Esse projeto de um banco para cada cliente, com hiperpersonalização na concessão do crédito com base na necessidade, já nos leva a conceder o crédito a juros adequados no perfil de consumo. Um exemplo é o consignado do **INSS**: o BB já praticava uma das menores taxas do mercado, entendendo risco e capacidade de pagamento do público. Embora houvesse um teto, operávamos em um preço menor porque é uma característica do negócio.

Valor: Mas o que a sra. pensa do uso do banco público para regular preços no restante do sistema financeiro?

Medeiros: De certa forma, quando já empresto em patamar adequado ao cliente, já trabalhamos com essa regulação, colocando esse equilíbrio ao mercado.

Valor: Os bancos públicos podem ser usados para reduzir juros, como em momentos de crise?

Medeiros: A atuação do banco, em momento de crise ou não, é voltada para gestão responsável do nosso capital. Em um momento de crise, nossa gestão adequada de inadimplência, de capital e da carteira de crédito proporciona manter o protagonismo, e os números deste trimestre mostram isso.

Valor: Fernando Haddad quer impor um limite para a taxa de juros ao rotativo do cartão de crédito. Os bancos privados resistem a essa proposta. É preciso estabelecer um teto para essa modalidade?

Medeiros: É preciso estudar o tema. Estamos participando de uma comissão com a Febraban que vai encontrar soluções e realizar uma análise criteriosa. Pode até culminar em um teto, como no cheque especial, mas o sistema de cartão de crédito tem diversos outros aspectos que precisam ser estudados, como o perfil do cliente que está usando rotativo como capital de giro ou como crédito pessoal. Uma camada da população tem acesso ao crédito pelo cartão, mas talvez não seja a linha mais adequada para financiar consumo. Existem discussões mais profundas que precisam ser feitas antes de definição de teto ou não. Não excluo a possibilidade. Se houve um recuo, é porque são muitos aspectos a serem analisados.

Valor: O que falta para preencher a vice-presidência de agronegócios do banco?

Medeiros: Isso seria tratado caso o tema tivesse chegado ao conselho de administração, mas não chegou. Temos alguns direcionamentos no mercado de agro sobre uma mudança no tratamento. Pretendemos conceder crédito cada vez mais verde, como também trabalhar a cadeia do agro sustentável, expandindo a agricultura familiar. Então, há uma discussão das características para a vice-presidência. Não há um nome definido ou direcionado.

Valor: Circula que o governo estaria aguardando mudanças na Lei das Estatais para indicar a ex-senadora Kátia Abreu ao cargo. Seu nome agradaria à senhora?

Medeiros: Não a conheço pessoalmente, mas como ministra da Agricultura. E ela fez um bom trabalho.

Valor: Quais as expectativas para o Plano Safra? A antiga gestão do BB argumentava que, com a entrada

da Caixa, perdeu recursos...

Medeiros: As expectativas estão no sentido de que o BB tenha recursos a proporcionalidade de nossa capacidade de entregar. No último Plano Safra, tivemos um valor bem abaixo do possível. Não é reduzir dos demais players, mas entregar o adequado para nós.

Valor: A indústria tem defendido um plano safra industrial, com juros subsidiados. Há algum plano para o setor?

Medeiros: Há uma expectativa de crédito para a indústria. Com os acordos que o presidente tem feito pelo mundo, esperamos investimentos para a indústria, e percebemos um movimento do setor tentando buscar crédito no mercado de capitais ou por financiamento direto.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/04/26/condicoes-para-queda-dos-juros-estao-mais-presentes-diz-bb.ghml>**

# TSE propõe tirar conteúdos do ar sem notificar usuário



O ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Pedro Ladeira/Folhapress

**Danielle Brant, Marcelo Rocha e César Feitoza Brasília**

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) enviou à cúpula do Congresso sugestões ao projeto de lei das Fake News que incluem a retirada imediata de conteúdos que provoquem risco à segurança da informação e violem direitos de crianças e adolescentes sem a obrigação de que o usuário seja notificado disso.

As propostas foram encaminhadas pelo presidente do TSE, Alexandre de Moraes, aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A urgência do texto foi aprovada nesta terça (25) e o mérito deve ser votado no dia 2.

As emendas propostas pelo TSE consideram o texto aprovado pelo Senado e que sofreu diversas alterações durante a tramitação na Câmara, onde está sob a relatoria do deputado Orlando Silva (PC do B-SP).

O ministro disse que as big techs impulsionam e monetizam o ganho de publicidade em cima de textos, imagens, fatos e, portanto, também podem ser responsabilizadas.

"Nós queremos equiparar as responsabilidades. E eu acrescento ao texto aprovado pelo Senado Federal a responsabilidade de todos os provedores -sejam de redes sociais ou de mensageria por conteúdos em que eles ganham", disse.

O tribunal sugere incorporar ao artigo que trata de moderação de conteúdo um dispositivo que obriga as plataformas, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, a indisponibilizar conteúdos e contas,

com dispensa de notificação aos usuários, se verificarem ou existir dúvida fundada de risco de dano imediato de difícil reparação ou para a segurança da informação ou do usuário.

Isso também poderá acontecer caso haja risco de violação a direitos de crianças e adolescentes, crime de racismo ou de grave comprometimento da usabilidade, integridade ou estabilidade do aplicativo. Esses pontos estão contemplados no texto.

O TSE sugere incluir outros quatro riscos. O tribunal quer que sejam consideradas condutas, informações e atos antidemocráticos e a divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos, ou gravemente descontextualizados, que atinjam a integridade do processo eleitoral.

Também quer acrescentar risco de grave ameaça, direta e imediata, de violência ou incitação à violência contra a integridade física de funcionários públicos ou contra a infraestrutura física do Estado para restringir ou impedir o exercício dos Poderes ou a abolição violenta do Estado democrático de Direito.

E ainda o comportamento ou discurso de ódio, inclusive promoção de racismo, homo-fobia, ideologias nazistas, fascistas ou odiosas contra uma pessoa, ou grupo mediante preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas de discriminação.

A corte eleitoral defende que provedores de redes sociais e serviços de mensagens sejam solidariamente responsáveis, civil e administrativa-mente, por conteúdos direcionados por algoritmos, impulsionados e publicitários cuja distribuição tenha sido realizada mediante pagamento.

Outra sugestão é replicar no PL das Fake News dispositivos da resolução aprovada pelo plenário do tribunal a dez dias do segundo turno das eleições de 2022. A norma ampliou de forma inédita os poderes do TSE na condução do processo eleitoral.

A resolução permitiu ao TSE, "em decisão fundamentada", determinar a imediata remoção de conteúdos das redes sociais considerados "inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral". A remoção de conteúdos falsos poderia ser sumária, em até duas

horas.

Com isso, o tribunal passou a poder agir de ofício, ou seja, sem ser provocado por candidaturas ou Ministério Público, para lidar com desinformação sobre as urnas, por exemplo.

O instrumento também permitia a suspensão temporária de contas ou canais nos casos em que haja "produção sistemática de desinformação, caracterizada pela publicação contumaz de informações falsas ou descontextualizadas sobre o processo eleitoral".

Moraes destacou aos chefes do Legislativo nesta terça que as propostas para o PL das Fake News foram elaboradas com base na experiência do TSE e STF (Supremo Tribunal Federal) no enfrentamento da desinformação.

Tanto no TSE quanto em inquéritos no Supremo é apurada a existência de milícias digitais voltadas a desacreditar o processo eleitoral.

Jair Bolsonaro (PL) e aliados são alvos de investigações, incluindo a ação que pode levar o ex-mandatário à inelegibilidade. O caso envolve o encontro promovido com embaixadores por Bolsonaro no Palácio da Alvorada, ocasião em que ele questionou, sem apresentar provas, a confiabilidade das urnas eletrônicas.

"Nós não podemos permitir que, nas eleições 2024, e, depois, em 2026, continue havendo ataques de desinformação. Isso vai contra a democracia, vai contra a liberdade dos eleitores", disse.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) criticou o envio de sugestões por parte do TSE. Segundo ele, "causa estranheza o Judiciário se metendo em projeto de lei".

"Sou formado em direito. Eu aprendi na universidade de direito que o juiz é inerte. Quem quer participar de confecção de projeto de lei tem que candidatar a parlamentar e vir aqui exercer esse direito."

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50258>**

# Urgência para "fake news" é aprovada



Orlando Silva: relatório regula as "big techs" e criminaliza a disseminação coordenada de "fake news"

**Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Isadora Peron De Brasília**

A Câmara dos Deputados aprovou nessa terça-feira, por 238 votos a 192, requerimento de urgência para levar direto ao plenário o projeto de lei de regulação das redes sociais e que criminaliza a disseminação de "fake news". Com isso, a proposta não precisa passar pelas comissões e pode ser pautada direto no plenário, o que deve ocorrer na terça-feira (2 de maio).

O projeto, relatado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), regula as "big techs", obriga-as a dar mais transparência sobre seus algoritmos, determina a remuneração por conteúdo jornalístico e criminaliza a disseminação coordenada de "fake news" (desinformação). Ele prometeu divulgar o parecer à proposta na quinta-feira e negociará até lá para diminuir as resistências.

Para Silva, o dia de ontem foi o que mais avançou nas negociações nos últimos três anos de discussão.

"Foi a primeira vez que as bancadas mais conservadoras, como a ruralista, a evangélica e o PL, se abriram para olhar o texto e discutir em cima do que está proposto", afirmou. A proposta foi aprovada pelo Senado em 2020, foi debatida por um grupo de trabalho em 2021, mas a Câmara rejeitou sua urgência no ano passado, às vésperas da eleição, por falta de votos (foram 249 favoráveis, dos 257 necessários).

Desta vez o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), usou outro tipo de requerimento de urgência, que não exigia apoio da maioria absoluta (257) dos deputados diante da frustração de um acordo

costurado horas antes. Esse tipo de requerimento foi utilizado também para levar a reforma trabalhista ao plenário no governo **Temer** (MDB).

O embate em plenário foi principalmente sobre se houve ou não acordo esse acordo para aprovação da urgência. Deputados do PL, Cidadania e do Novo afirmaram que o combinado entre os partidos foi não obstruir e votar o projeto só na terça-feira, mas que não tinham prometido votar a favor. Os demais partidos disseram que sim, o acerto era para que todos aprovassem a urgência.

Lira se queixou do impasse e ironizou que, da próxima vez, registrará as reuniões de líderes em ata para que todos siga o que foi combinado.

Apesar de quase todos os partidos orientarem a favor da urgência, com exceção do Novo e do PL, o requerimento teve votação apertada, com diferença de apenas 46 votos. Os bolsonaristas têm pressionado contra maior regulação das redes e fizeram mobilização nas redes sociais nessa terça-feira. Mesmo em partidos da base, como PSD, MDB e até no PP do presidente Arthur Lira, houve defecções e parte das bancadas votou contra a urgência.

Um dos pontos de maior polêmica para os bolsonaristas é a criação de uma entidade autônoma de supervisão para fiscalizar e aplicar a lei. Como se trata de projeto de iniciativa do Legislativo, não é possível estabelecer regras para composição e funcionamento desta entidade, que ficará vinculada a Executivo.

Para a oposição, isso criará uma estrutura ligada ao governo Lula (PT) para dizer o que pode ser publicado nas redes. "Isso é algo que não tem como você negociar.

Não tem como colocar uma pessoa escolhida pelo governo Lula para dizer o que você pode ou não falar nas redes sociais", questionou o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), líder da minoria na Câmara.

Já Silva defendeu que é preciso existir uma entidade para fiscalizar e aplicar a lei, além de analisar os relatórios que serão elaborados pelas plataformas em conformidade as regras de transparência.

"Minha sugestão é que seja uma entidade da administração indireta, uma autarquia, nos moldes de uma agência reguladora.

Mas isso está gerando muita resistência e vamos ter que estudar os melhores modelos".

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, entregou ontem a Lira e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), cinco sugestões da Justiça Eleitoral para o projeto. Entre elas está que as plataformas devem retirar "imediatamente" conteúdos e contas se "verificarem ou existir dúvida" de que esteja sendo divulgado "informações e atos antidemocráticos", que atinjam a "a integridade do processo eleitoral", que incite "violência contra a integridade física de funcionários públicos ou contra a infraestrutura física do Estado" ou que representem "comportamento ou discurso de ódio, inclusive promoção de racismo, homofobia, ideologias nazistas, fascistas ou odiosas.

Esse ponto foi acolhido parcialmente no projeto e é outro a causar polêmica com os bolsonaristas e a bancada evangélica. Para eles, as plataformas digitais vão programar seus algoritmos para suspender automaticamente qualquer conteúdo que possa ferir essa regra, causando uma "censura" nas redes. Os defensores dizem que é preciso coibir discursos de ódio, como os que levaram a ataques nas escolas.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187528?page=1&section=1>**

# Batalha por comando e relatoria da CPMI

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



O deputado André Fufuca (PP-MA) é um dos cotados para assumir a relatoria da comissão mista

## Raphael Felice

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fará hoje a leitura do requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro, em sessão conjunta entre deputados e senadores. A leitura dará início oficial às articulações por cargos no colegiado.

A primeira disputa é pela relatoria da comissão. No Senado, Renan Calheiros (MDB-AL) é o nome mais forte, mas seu arquirrival em Alagoas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também quer indicar o nome para a função.

Nos bastidores, um dos cotados para assumir a relatoria, caso o cargo fique com a Câmara, é o deputado André Fufuca (PP-MA).

O líder do PP é bem-visto pelo presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PI), que faz oposição à gestão Lula e é o principal obstáculo para o Centrão entrar de cabeça na base governista.

A tendência é que a base governista tenha a maioria dos membros da CPMI, pelas configurações de blocos e lideranças partidárias no Senado e na Câmara.

No Senado, devem ser indicados pelo menos 11 integrantes da base aliada, com a tropa de choque da CPI da Covid confirmada, entre outros, com nomes como Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Omar Aziz (PSD-AM), Humberto Costa (PT-PE) e Renan Calheiros.

Na Câmara, o líder governista, José Guimarães (PT-CE), afirmou que já existe uma conversa com a base aliada para definir os representantes dentro da CPMI.

O plano do governo é que o grupo escolhido finque os pés na comissão, enquanto outra ala vai se debruçar em propostas como arcabouço fiscal, **reforma tributária** e PL das Fake News, cuja tramitação será em regime de urgência, conforme foi aprovado, ontem, pela Câmara (leia reportagem na página 4).

No entanto, há um grande grupo de deputados da base que quer compor a CPMI. Lindbergh Farias (PT-RJ), Rogério Correia (PT-MG), André Janones (Avante-MG), Aliel Machado (PV -PR) já manifestaram vontade de participar da comissão.

"Queremos uma CPMI que exponha aqui a verdade. Quem financiou os atos golpistas. Já conversamos com o bloco do PP, do União Brasil, do MDB e PSD, enfim, o nosso campo da federação (PT/ PCdoB/PV), e acho que estamos prontos para indicar os nomes", disse Guimarães. "A federação do PT discutiu que, na hora que o presidente do Congresso ler o relatório e estabelecer os prazos, seremos os primeiros a indicar os nomes para compor esse colegiado." Na oposição, Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ) são dados como certos para compor a comissão. No Senado, há dois nomes cotados: Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Jorge Seif (PL-SC).

A tendência é que um seja o titular e o outro, suplente.

"Lula, Flávio Dino (ministro da Justiça) e G. Dias (Gonçalves Dias, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional) tentaram se eximir de qualquer culpa pelo 8 de janeiro, mas a proteção dos órgãos federais era da competência deles, e se omitiram e contribuíram para que a tragédia ocorresse. Agora, as câmeras não deixam dúvida. Foram os mentores intelectuais", acusou o líder da oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-RJ), em publicação nas redes sociais.

## Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/26/all.pdf>

# Empresários cobram reforma tributária

*Vicente Nunes Correspondente*

Empresários espanhóis reunidos ontem em um evento promovido pelo governo brasileiro, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconheceram as potencialidades econômicas do Brasil, mas defenderam ser importante avançar em pontos estratégicos, como a **reforma tributária**, para tornar o ambiente de negócios mais amistoso. A perspectiva é de que o Congresso Nacional aprove ainda neste ano um sistema de **impostos** menos complexo e mais justo.

"A **reforma tributária** é muito importante", disse o CEO da Iberdrola Espanha, Mario Ruiz- Tagle. "A reforma é fundamental para as empresas", endossou Eduardo Navarro, diretor de Estratégia e Assuntos Corporativos da Telefônica.

Para tentar convencer os donos do dinheiro - os espanhóis são o segundo grupo que mais investe no Brasil, com estoque de US\$ 63 bilhões -, o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Márcio Elias Rosa, assegurou que o governo está empenhado não só em levar a **reforma tributária** adiante, como aprovar, o mais rapidamente possível, o novo arcabouço fiscal, um reforço, segundo ele, à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que deu um freio na gastança sem controle do dinheiro público. "Teremos boas notícias nessas áreas", afirmou o secretário.

Perdas e ganhos

Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex), Jorge Viana assinalou que um país como o Brasil não pode impor tantas dificuldades para se abrir ou fechar uma empresa e para se pagar **impostos**. Ela acredita que as condições atuais são muito favoráveis para a aprovação da **reforma tributária** tanto na Câmara quanto no Senado, pois há um consenso entre setor produtivo, governo e entes federados.

"Não dá para seguir da forma como está. Todos estão perdendo.

Se a reforma for feita, todos vão perder menos e, no médio e no longo prazos, certamente, todos ganharão", assinalou. "Sem uma **reforma tributária**, o Brasil não avança. Nós estamos vivendo crises que são impositivas para que os países se preparem para enfrentá-las." (VN)

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/04/26/all.pdf>**

# Momento demanda simplificação e transparência tributárias (Artigo)

**Emerson Kapaz, Presidente do Instituto Combustível Legal (ICL)**

As mudanças nos últimos meses na tributação dos combustíveis, e o debate de uma reforma no arcabouço fiscal proposto ao Legislativo pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nos posicionam em uma nova configuração para cobrança e recolhimento de ICMS, PIS e Cofins. É necessário termos um sistema tributário moderno, simplificado e definitivo, com alíquotas únicas e integradas entre União e Estados.

A simplificação tributária é uma das bandeiras defendidas pelo Instituto Combustível Legal (ICL) para mitigar práticas ilícitas de empresas não ortodoxas.

Essa iniciativa pode recuperar cerca de R\$ 14 bilhões por ano que, atualmente, são sonegados e inadimplidos pelos devedores contumazes, além de desmotivar a atuação de organizações criminosas para lavagem de dinheiro.

Este também é o momento para discutirmos e pacificarmos décadas de ações judiciais entre governos federal e estadual que geraram problemas na cadeia de tributação de combustíveis, promovendo guerra fiscal entre os Estados.

O Instituto Combustível Legal defende a simplificação tributária para o setor de combustíveis com o estabelecimento da monofasia, na qual o ICMS incidirá uma única vez, com alíquota fixa por produto em reais/litro, estabelecendo uma carga tributária uniforme em todos os Estados e no Distrito Federal.

A principal vantagem da modalidade do ICMS monofásico é que o imposto será cobrado uma única vez sobre o produtor ou importador, e não ao longo da cadeia, por meio da substituição tributária e atrelado ao preço final ao consumidor.

Esse formato garante previsibilidade para as empresas e o Estado, além de promover a redução da sonegação, garantindo um maior recolhimento de **tributos** sem precisar aumentar **impostos**. Isso se traduz em novos e melhores investimentos.

Além da **reforma tributária** é importante garantirmos uma punição adequada aos oportunistas de plantão

que ainda conseguem burlar o sistema.

Por isso, consideramos estratégica e oportuna a apresentação ao Senado do Projeto de Lei Complementar (PLP) 164/22, substituto do Projeto de Lei do Senado (PLS) 284/17, do senador Jean Paul Prates (PT/RN), que estabelece normas para a caracterização e tipificação dos devedores contumazes.

Temos a expectativa de que a atuação deste governo trará boas perspectivas para encontrarmos caminhos para combater a ação desses sonegadores que movimentam bilhões de reais todos os anos, e ter um correto direcionamento desse capital em prol de uma sociedade que possa acessar educação, segurança e saúde com excelência neste momento e nas próximas gerações.

Emerson Kapaz, Presidente do Instituto Combustível Legal (ICL)

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

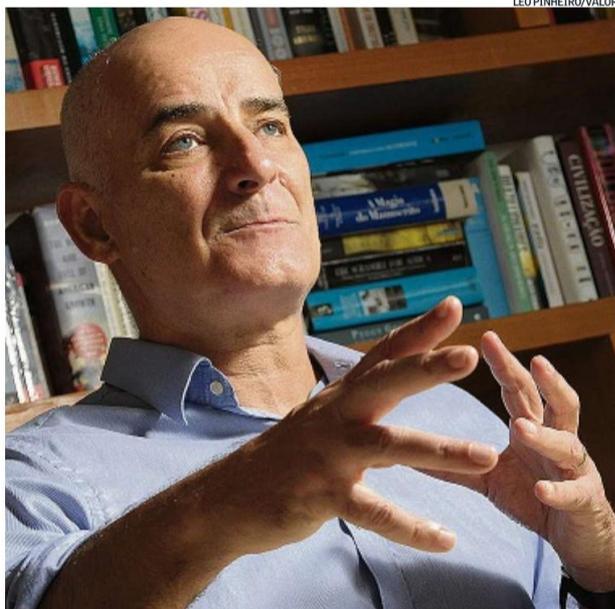
# Aumento de ISS

Empresários e banqueiros começaram a pressionar o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), contra projeto de lei que prevê o aumento do ISS na capital de 2% para 5%. Eles afirmam que a proposta vai na contramão da reforma tributária, da melhoria do ambiente de crédito no país e da redução de custos.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1&section=1)**

# Quase todos setores vão lucrar com reforma, aponta estudo



Pedro Cavalcanti Ferreira: "Brasil só tem a crescer com reforma desse tipo"

**Marcelo Osakabe De São Paulo**

O projeto de **reforma tributária** defendido pelo governo, que pretende reduzir ao máximo possível o número de alíquotas dos **impostos** sobre o consumo e acabar de vez com a **cumulatividade** dos **impostos**, poderia gerar ganho final de 7,84% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro e elevar lucro de quase todos os setores da economia, segundo estudo publicado recentemente por quatro economistas brasileiros.

Partindo do pressuposto de que a mudança é neutra do ponto de vista da arrecadação do governo, eles estimam que, em um universo de 66 setores da economia, 21 acabariam pagando mais **impostos** que hoje - a maioria do segmento de serviços. Destes, no entanto, em apenas 11 a produção cairia e em somente três isso também resultaria em queda dos lucros.

Os demais veriam uma alta dos lucros, que chega a ser superior a 36% no exercício. Em 33 deles, a alta do lucro ultrapassa 10% e, em 14, fica acima dos 15%.

Segundo Pedro Cavalcanti Ferreira, da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e colunista do Valor, o estudo é inédito no mundo ao usar um arcabouço econômico relativamente recente para simular qual seria o efeito de uma mudança muito parecida, na concepção, com

a que vem sendo pregada pela equipe liderada pelo secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

"Se por acaso a tributação de um setor cai, existe primeiro o efeito direto sobre ele, mas também os indiretos, já que ele é insumo de outros setores e também demanda produtos de seus fornecedores dele.

A partir dessa mudança que é trocar todas essas alíquotas diferentes por uma única, o modelo faz esse cálculo conjunto dos novos preços relativos e estrutura de custos para todos os setores", diz Cavalcanti, que assina o artigo com Bruno Delalibera e Johann Soares, ambos ligados à EPGE, e Diego Gomes, economista do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Uma das características do modelo, alimentado com dados da matriz insumo-produto do IBGE para 2015, é justamente encontrar um equilíbrio geral a partir da interconexão entre os setores. Nesse ponto, aparece uma divergência importante: a alíquota do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) que é neutra do ponto de vista da arrecadação, segundo esse exercício, ficou em 6,96%, bem abaixo dos 25% propostos pelo governo federal.

"O Appy não ficou muito contente quando a gente mostrou para ele", admite Ferreira. "O nosso número saiu de uma calibração cuidadosa de que usa melhores dados disponíveis a nível setorial. Mas eles devem ter acesso a números mais detalhados, uma calibração melhor." Apesar da diferença considerável, o economista avalia que a mensagem geral não se perde.

"Os efeitos são muito positivos, tanto agregados quanto setoriais.

O Brasil só tem a crescer com uma reforma desse tipo." Outro resultado que o modelo traz, e que vai na direção do que prega o governo, é que o grosso do ganho econômico que a reforma traz vem a partir da simplificação das tarifas. Do crescimento de 7,84% esperado para o **PIB**, 5,97 pontos percentuais são atribuídos apenas à uniformização das alíquotas, ao passo que 1,87 ponto se dá pela eliminação da taxa cumulativa.

"A princípio, esse resultado nos surpreendeu. Mas é preciso lembrar que parte do problema da cumulatividade foi resolvida em reformas anteriores sobre o ICMS e do IPI, ainda que às vezes seja difícil receber esses créditos.

Quem manteve essa cumulatividade foi o ISS e parte do PIS/Cofins", nota o pesquisador.

Appy e a equipe econômica do governo têm ressaltado a importância de manter o número de exceções à alíquota de referência como a menor possível. No entanto, eles já admitem algumas exceções, como para os setores de saúde e educação privada.

Saúde e educação privada estão entre os três únicos setores que registram queda dos lucros no estudo, de respectivamente 2,7% e 2,1%. "Mas isto é fácil resolver. Como educação e saúde são setores importantes para a sociedade, é possível fazer um pequeno ajuste na tarifa para não cair o produto nem a lucratividade", diz Ferreira.

Além destes o único outro setor que teria queda na lucratividade seria o de atividades imobiliárias.

Para este, no entanto, a equipe econômica também tem ventilado instituir uma forma de tributação não favorecida, mas diferenciada para o segmento.

Na outra ponta, o setor mais beneficiado pelo exercício seria o de extração de petróleo e gás, incluindo atividades de apoio, com salto de 36,1% nos lucros. O salto ocorreria a despeito de uma pequena queda na produção, de 3,9%. "Isso acontece porque um dos setores mais taxados hoje é o de refino", explica o economista.

Outros segmentos podem experimentar queda na atividade e alta nos lucros como atividades jurídicas, contábeis, consultorias e sedes de empresa (lucro 17,4% maior), aluguéis não imobiliários e gestão de propriedade intelectual (+13,9%), serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P D (+11,5%).

Outra força que age no sentido contrário ao de reduzir a heterogeneidade tributária é a desconfiança de Estados e municípios em relação ao controle de suas receitas após a reforma. Este é o temor de fundo por trás do fato de a equipe econômica trabalhar com duas PECs, 45 e a 110. Enquanto a primeira, que contou com participação direta de Appy, cria um IVA único, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), a segunda prevê um IVA dual: o IBS subnacional, gerida por Estados e municípios, e o IBS federal, de competência da União.

Para Ferreira, é importante limitar o número de

exceções. "Concordo com o governo, quanto mais tiver, menor resultado para economia.

E obviamente os lobbies se organizam, desde setoriais até o de Estados, que defendem seus interesses legítimos. A reforma traz ganho diminuindo a bagunça, mas quanto mais poder os Estados tiverem para impor diferentes alíquotas, menor será esse ganho. No limite, perde o sentido", diz.

Os autores também, por fim, testaram a hipótese de uma alíquota diferenciada e maior para dois grupos. O primeiro, equivalente ao "imposto seletivo" também em discussão pelo governo, mantém a alíquota original para dois setores que atualmente são pesadamente tributados: bebidas e tabaco. O segundo grupo é composto por seis setores com alta emissão de carbono e, por isso, receberia taxaçoão 50% maior que a do restante da economia.

Nesse exercício, os resultados principais pouco variam. No caso do imposto seletivo sobre o primeiro grupo resultaria em alíquota final de 6,88% sobre os demais 64 setores e um crescimento do **PIB** total de 7,45%. Já no caso do segundo grupo, a alíquota final sobre todos os demais cairia a 6,89%, ao passo que os poluidores pagariam 10,34%. O crescimento do **PIB**, neste cenário, seria de 7,72%.

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Quase todos setores vão lucrar com reforma, aponta estudo

#### Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1&section=1>

## Quem pode ganhar ou perder?

Variação da alíquota e do lucro após implementação de um IVA\*

| Setor   | Alíquota pós-reforma | Lucro % |
|---|----------------------|---------|
| Educação privada  | Sobe ↗               | -2,7    |
| Saúde privada   | Sobe ↗               | -2,1    |
| Construção  | Cai ↘                | 3,4     |
| Comércio por atacado e varejo   | Sobe ↗               | 4,8     |
| Alimentação   | Cai ↘                | 4,9     |
| Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação               | Sobe ↗               | 5,2     |
| Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos    | Sobe ↗               | 6,8     |
| Intermediação financeira, seguros e previdência complementar              | Cai ↘                | 7,3     |
| Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças                | Cai ↘                | 8,6     |
| Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos                           | Cai ↘                | 9,2     |
| Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais                  | Sobe ↗               | 10,4    |
| Transporte terrestre  | Cai ↘                | 11,6    |
| Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos | Cai ↘                | 12,5    |
| Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita             | Sobe ↗               | 14,1    |
| Pecuária, inclusive o apoio à pecuária                                    | Cai ↘                | 15,1    |
| Energia elétrica, gás natural e outras utilidades                         | Cai ↘                | 16,0    |
| Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros     | Cai ↘                | 17,0    |
| Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas          | Sobe ↗               | 17,4    |
| Refino de petróleo e coquearias   | Cai ↘                | 18,2    |
| Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio              | Sobe ↗               | 36,1    |

Fonte: Bruno Delalibera, Pedro Ferreira, Diego Gomes e Johann Soares, a partir de dados do IBGE. \*setores selecionados

# Relator da reforma tributária defende aprovar IVA único federal



Ribeiro: "Você não recebe sua parcela do FPM, a cota parte do ICMS? Chega ou não chega? Então porque desconfiar?"

**Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília**

O relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PPPB), defendeu nessa terça-feira a adoção de um modelo de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) único para União, Estados e municípios, e não dual. Esse imposto substituiria os atuais IPI, PIS e Cofins, que são federais, o ICMS estadual e o ISS, que é municipal.

"T tecnicamente, todo mundo defende o IVA único, que é mais fácil de operacionalizar", disse, em debate organizado pela Associação Nacional de Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) e pelo Sindicato dos **Audidores** Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Sinafresp).

A proposta contraria a posição dos governadores, que desejam um IVA dual, com um imposto federal e outro estadual/municipal, com o discurso de que não podem perder a autonomia arrecadatória sobre seu principal imposto, o ICMS, para o governo federal.

Aguinaldo afirmou à imprensa que, por decisão política, o IVA pode ficar dual, mas que "fez uma provocação" aos representantes do Fisco presentes no debate por entender que o IVA único é o melhor modelo tecnicamente e mais aceito internacionalmente.

Ele defendeu, durante o debate, que é preciso "pensar nas futuras gerações" e que não faz sentido a

desconfiança entre os entes federativos.

"Não é coisa para um mandato.

Não é para este governador, para este prefeito, para este presidente da República. Precisamos pensar com olhar geracional", disse.

O ideal, ponderou, seria criar um comitê gestor único e um mecanismo de fazer o repasse automático do imposto para cada ente, livrando os auditores para outras atividades. "Perguntei para alguns prefeitos, você não recebe sua parcela do FPM, a cota parte do ICMS?

Chega ou não chega? Então por que desconfiar?", questionou.

Se a decisão for pelo IVA dual, o relator disse que não abre mão de que a legislação seja única para todos e a liberdade seja apenas para estabelecer as alíquotas. "Se não tiver legislação única, corremos o risco no futuro de ter cumulatividade", disse.

Aguinaldo afirmou ainda que apresentará o parecer do grupo de trabalho da Câmara sobre a **reforma tributária** no dia 16 de maio, mas que este documento não será o parecer que será levado ao plenário. O relatório fará as conclusões do grupo sobre as discussões e vai expor a posição majoritária dos integrantes sobre as propostas de emenda constitucionais (PECs).

A divulgação do relatório que será levado ao plenário só ocorrerá quando for marcada a data da votação, afirmou Aguinaldo.

Após tornar público o relatório do grupo, o relator disse que ainda fará rodadas de conversa com o governo e com as bancadas dos partidos para decidir sobre os temas mais polêmicos antes de levar o texto à votação.

Presidente do grupo de trabalho, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) falou em concluir a votação da reforma no plenário da Câmara em junho e enviar ao Senado para analisá-la no segundo semestre. Aguinaldo, por sua vez, preferiu não se comprometer com uma data e disse estar pronto para fazer a discussão quando a votação for marcada.

No mesmo debate, o secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, buscou reforçar os argumentos a favor de um sistema de devolução de **impostos** ("cashback") para a população de baixa renda no lugar da desoneração dos produtos da cesta básica e afirmou que isso aumentará a demanda pela produção agropecuária e favorecer o setor Appy disse que os pequenos produtores rurais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, "certamente terão tratamento diferenciado" por causa de seu tamanho, e que a questão do agro é, "de novo, a discussão sobre aplicar uma alíquota diferenciada para todo o setor", o que beneficia também os mais ricos, ou um sistema de "cashback" para baixa renda. Ele argumentou que o aumento de preços para a camada mais rica da população não causará efeitos na demanda por produtos, mas o repasse de dinheiro aumentará o poder aquisitivo dos mais pobres.

"Isso será positivo do ponto de vista da demanda", afirmou.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1&section=1)**

# Privilégios são arcados pelos pobres (Artigo)



*Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço, twitter @EconomicsArtBRL.*

A luta por privilégios e vantagens por grupos de interesse é usual na nossa cultura, sem maiores preocupações com as consequências para a sociedade. Esses grupos partem do pressuposto de que é dever da sociedade garantir esses direitos, sob o argumento de torná-la menos desigual, ou de que essas vantagens se convertem em benefícios diretos para a coletividade no médio prazo. O discurso é deveras lindo, mas quase nunca condiz com a realidade.

Os segmentos com maior influência têm sido capazes de manter benefícios injustificáveis e que comprovadamente não melhoram as condições de vida dos mais desfavorecidos nem aumentam o crescimento potencial do país. Ao contrário, a maioria das renúncias tributárias reduz a renda disponível dos mais pobres, por exigir maiores **impostos** sobre bens e serviços muito relevantes na sua cesta de consumo.

Há muito venho defendendo que o Congresso revise os atuais R\$ 600 bilhões de renúncias tributárias e os subsídios creditícios, de forma a manter apenas os que comprovadamente trazem mais benefícios do que custos para a sociedade. Apesar da importância do papel do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, seria um erro esperar por sua análise para propor a eliminação de renúncias no âmbito da **reforma tributária**. Isso só serviria para prolongar a manutenção dos privilégios.

Mais recentemente, lideranças políticas e membros do governo têm reconhecido essa urgência, com o ministro da Fazenda mencionando a meta de

eliminação de renúncias de R\$ 150 bilhões. O ministro assinalou também o objetivo de abrir uma suposta caixa preta e informar os CNPJs de todas as empresas beneficiadas. Não vejo vantagem nessa divulgação, pois o projeto de orçamento anual já estima as renúncias por setor, por tipo de imposto e por região. O trabalho de elaboração e detalhamento da lista de CNPJs acabará apenas por retardar o encaminhamento de propostas tratando da **reforma tributária** e do corte de renúncias. Ademais, a tramitação no Congresso já será mais demorada devido às atenções voltadas para as discussões na CPMI sobre os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro.

Infelizmente, a história confirma que mesmo os privilégios sem benefícios relevantes para a maioria da sociedade são de difícil eliminação. A desistência do governo Lula de propor a cobrança de imposto sobre compras com valor inferior a US\$ 50 por pessoas físicas é claro exemplo dessa dificuldade.

Há também muitos casos associados aos benefícios excessivos oferecidos à elite do serviço público, notadamente do Poder Judiciário. Mesmo com as atuais restrições orçamentárias, poucos políticos fazem declarações - claramente infrutíferas - contra esses privilégios. Do mesmo modo, a maioria dos reduzidos casos de eliminação dessas vantagens termina por ser derrubada pelo Judiciário sob várias justificativas, entre as quais a da norma aprovada pelo Congresso ferir um suposto direito adquirido. Esses casos são muitos e englobam os pagamentos de pensão às filhas solteiras de diplomatas e de militares, bem como os adicionais por produtividade pagos a diversas carreiras do funcionalismo, inclusive para os já aposentados.

O caso mais recente refere-se à concessão de bônus por tempo de serviço. Embora a legislação tenha derrubado esse penduricalho, o corregedor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) confirmou o restabelecimento de quinquênios para juízes federais, só voltando atrás e encaminhando a decisão para o plenário do CNJ depois da repercussão negativa na imprensa sobre o custo de pagamentos retroativos de R\$ 1 bilhão, com alguns juízes recebendo cerca de R\$ 2 milhões. De- pois da divulgação na imprensa, o TCU também se manifestou contrário ao pagamento. O usual, porém, é que transferências dessa natureza acabem por serem pagas quando a imprensa e a sociedade estiverem mais entretidas com outros escândalos.

Congresso deve revisitar os atuais R\$600 bilhões de renúncias tributárias e subsídios creditícios. Os privilégios do Poder Judiciário não estão restritos ao governo federal. O salário médio de juizes em vários Estados confirma a proliferação de penduricalhos para driblar as normas estabelecidas pelo Legislativo relativas ao limite constitucional de remuneração do funcionalismo. Esses privilégios tampouco estão relacionados apenas ao Judiciário. A permissão para que posições remuneradas em conselhos de estatais sejam ocupadas por ministros, que pouco ou nada se dedicam a essa tarefa, é uma das formas de driblar esse limite e de apropriação dos recursos públicos. A permissão para que ocupantes de algumas funções do serviço público também possam trabalhar no setor privado é outro privilégio estranho, pois é natural que esses funcionários se dediquem muito mais à atuação particular, uma vez que o emprego e a remuneração estão garantidos no setor público, independentemente da sua performance.

Isso sem mencionar os enormes subsídios para grupos específicos com dinheiro público. Dada a sua relevância, a agricultura e o setor imobiliário têm sido capazes de capturar benefícios de diferentes formas, incluindo o direcionamento de recursos advindos de aplicações em ativos financeiros isentos de imposto de renda, da caderneta de poupança e do FGTS. Por sinal, é um absurdo que a poupança e o FGTS gerem uma perda do valor real depositado, dilapidando as economias dos poupadores pobres sem acesso a uma melhor alternativa.

Grupos de interesse sem nenhuma civilidade só pensam em aumentar seus privilégios, sempre com argumentos sobre a preciosidade das suas contribuições para a economia e a sociedade. Ao não requerer imediata alta de **impostos** como contrapartida, a população e os parlamentares não percebem as drásticas consequências dessas vantagens. De alguma forma, porém, a camada majoritária da sociedade - que não consegue se proteger nem impedir abusos - arca com os custos dessa oferta desmedida de vantagens e do direcionamento do enorme volume de crédito a juros inferiores à taxa de mercado. O governo Lula precisa dar um basta nisso.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço, twitter @EconomicsArtBRL.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ONLINE  
Privilégios são arcados pelos pobres

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/>

# Impostômetro atinge hoje a marca de R\$ 1 trilhão, sete dias antes do que em 2022

*Por O Globo - Rio*

O ano nem chegou à metade, e os brasileiros já pagaram R\$ 1 trilhão de **impostos** este ano. O impostômetro, painel da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) que marca em tempo real o volume de **tributos** recolhidos por União, estados e municípios, vai alcançar a marca ao meio dia desta quarta-feira.

Segundo a ACSP, neste ano, o patamar de R\$ 1 trilhão será registrado sete dias antes que em 2022. Isso mostra o maior apetite dos governos nos três níveis por **impostos**, o que em geral não retorna à sociedade na mesma proporção em serviços e investimentos públicos.

O painel contabiliza tudo o que é pago em **impostos**, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e a correção monetária, para os cofres federal, estaduais e municipais. E fica instalado na sede da ACSP, no centro histórico de São Paulo. É uma forma de chamar a atenção para o peso da alta carga tributária brasileira sobre os negócios. Para tentar reduzir o impacto negativo na economia, o governo federal promete encaminhar ao Congresso uma **reforma tributária** para ser votada neste ano.

-- A alta de **impostos** que tivemos aconteceu pelo aumento da **inflação**, que incide diretamente nos preços dos produtos e eleva a arrecadação -- explica Marcel Solimeo, economista da ACSP.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/04/impostometro-atinge-hoje-a-marca-de-r-1-trilhao-sete-dias-antes-do-que-em-2022.ghtml>**

# Momento demanda simplificação e transparência tributárias; leia artigo

As mudanças nos últimos meses na tributação dos combustíveis, e o debate de uma reforma no arcabouço fiscal proposto ao Legislativo pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nos posicionam em uma nova configuração para cobrança e recolhimento de ICMS, PIS e Cofins. É necessário termos um sistema tributário moderno, simplificado e definitivo, com alíquotas únicas e integradas entre União e Estados.

A simplificação tributária é uma das bandeiras defendidas pelo Instituto Combustível Legal (ICL) para mitigar práticas ilícitas de empresas não ortodoxas. Essa iniciativa pode recuperar cerca de R\$ 14 bilhões por ano que, atualmente, são sonegados e inadimplidos pelos devedores contumazes, além de desmotivar a atuação de organizações criminosas para lavagem de dinheiro.

Este também é o momento para discutirmos e pacificarmos décadas de ações judiciais entre governos federal e estadual que geraram problemas na cadeia de tributação de combustíveis, promovendo guerra fiscal entre os Estados.

O Instituto Combustível Legal defende a simplificação tributária para o setor de combustíveis com o estabelecimento da monofasia, na qual o ICMS incidirá uma única vez, com alíquota fixa por produto em reais/litro, estabelecendo uma carga tributária uniforme em todos os Estados e no Distrito Federal.

A principal vantagem da modalidade do ICMS monofásico é que o imposto será cobrado uma única vez sobre o produtor ou importador, e não ao longo da cadeia, por meio da substituição tributária e atrelado ao preço final ao consumidor. Esse formato garante previsibilidade para as empresas e o Estado, além de promover a redução da sonegação, garantindo um maior recolhimento de **tributos** sem precisar aumentar **impostos**. Isso se traduz em novos e melhores investimentos.

Além da **reforma tributária** é importante garantirmos uma punição adequada aos oportunistas de plantão que ainda conseguem burlar o sistema. Por isso, consideramos estratégica e oportuna a apresentação ao Senado do Projeto de Lei Complementar (PLP) 164/22, substituto do Projeto de Lei do Senado (PLS) 284/17, do senador Jean Paul Prates (PT/RN), que

estabelece normas para a caracterização e tipificação dos devedores contumazes.

Temos a expectativa de que a atuação deste governo trará boas perspectivas para encontrarmos caminhos para combater a ação desses sonegadores que movimentam bilhões de reais todos os anos, e ter um correto direcionamento desse capital em prol de uma sociedade que possa acessar educação, segurança e saúde com excelência neste momento e nas próximas gerações. / EMERSON KAPAZ É PRESIDENTE DO INSTITUTO COMBUSTÍVEL LEGAL (ICL)

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/momento-demanda-simplificacao-e-transparencia-tributarias-leia-artigo,613a3b75ba5127d547815a0cc6eacddc445itpmz.html>

# Julgamento bilionário no STJ é primeiro teste para ajuste fiscal

**Eduardo Cucolo**

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) começa a julgar nesta quarta (26) um caso bilionário que pode elevar a tributação de algumas grandes empresas, com impacto relevante sobre as contas públicas.

A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) afirmou à Folha que o Judiciário tem argumentos técnicos e jurídicos para dar uma vitória à União, separando o caso atual de outro analisado em 2017, que resultou em derrota para o governo federal.

O STJ irá definir se é possível excluir benefícios fiscais de ICMS concedidos pelos estados, como redução da base de cálculo, diminuição de alíquota, isenção, imunidade, adiamento, entre outros, da base de incidência de dois **tributos** federais sobre o lucro das empresas (IRPJ/CSLL).

Atese fixada pelo tribunal será aplicada na solução de todos os casos judiciais semelhantes em discussão no país, por ser analisado como um recurso repetitivo.

A decisão do STJ só afeta contribuintes que estão no sistema do lucro real, ou seja, grandes empresas. Principalmente aquelas dos setores de varejo e industrial que tiveram benefícios estaduais, para instalação de parques fabris e centros de distribuição, por exemplo. Bancos não são impactados.

Em 2017, o governo federal sofreu uma derrota no STJ em relação à tributação de outro tipo de benefício fiscal, o crédito presumido de ICMS, ao definir que esses valores não podem ser considerados como parte do lucro. Agora, tenta obter uma vitória na discussão sobre a extensão do mesmo entendimento para as demais espécies de favores tributários.

Atualmente, há empresas que recolhem IRPJ/CSLL sem fazer essa dedução. Outras possuem medidas judiciais que permitem pagar menos **tributos**. Por isso, o impacto de uma derrota teria efeitos distintos sobre cada companhia.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem citado um impacto de até R\$ 90 bilhões em arrecadação adicional por ano caso os **tributos** voltem a ser pagos integralmente, acabando com o que ele classificou como um dos "jabutis tributários" que reduzem a

arrecadação e geram benefícios indevidos.

Na segunda (24), Haddad se reuniu com o ministro do STJ Benedito Gonçalves para tratar do caso, classificou o julgamento como um "teste importante".

A procuradora-geral-adjunta de Representação Judicial da PGFN, Lana Borges Câmara, diz que o primeiro foco da argumentação da União é mostrar que há uma diferença entre crédito presumido, questão decidida de forma desfavorável à União em 2017 pelo STJ, e os demais benefícios tributários.

No primeiro, há um valor positivo (o crédito) que aumenta contabilmente a receita da empresa e, por isso, é válido o desconto para reduzir a tributação Federal. Já os benefícios que não geram pagamento de imposto, mas só redução de custo para a empresa, como uma isenção, não aumentam a base de cálculo dos **tributos** federais. Portanto, não há o que ser deduzido.

**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50258&maxTouch=0&\\_ga=2.58360303.414729696.1682305769-1380897342.1635735907&\\_mather=5177e42f3b1821e2](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50258&maxTouch=0&_ga=2.58360303.414729696.1682305769-1380897342.1635735907&_mather=5177e42f3b1821e2)

# Governo aguarda decisão do STJ para anunciar pacote de arrecadação



**Haddad.** Fazenda defende que só haja benefício para subvenção de investimento

**MANOEL VENTURA** [manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br](mailto:manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br)

O Ministério da Fazenda deve aguardar uma decisão do Judiciário numa discussão de cerca de R\$ 90 bilhões por ano antes de anunciar medidas para aumentar a arrecadação federal. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) começa a julgar hoje se empresas podem continuar abatendo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) os benefícios fiscais dados pelos estados por meio do ICMS.

A mudança é complexa, envolve centenas de empresas e é a principal aposta, neste momento, do ministro Fernando Haddad para elevar receitas. A avaliação, porém, é que é mais prudente que a discussão avance no Judiciário antes de uma eventual ação mais concreta do governo, por meio de medida provisória ou projeto de lei, por exemplo.

A maior parte do pacote de medidas de Haddad, para elevar em R\$ 150 bilhões a arrecadação e garantir o cumprimento das metas fiscais previstas no novo arcabouço fiscal, depende dessa discussão. O ministro, porém, deve esperar uma sinalização da Justiça antes de anunciar o seu pacote de medidas, para evitar atropelos e também ter noção do tamanho exato do impacto.

Os estados concedem benefícios fiscais para investimentos, como construção de fábricas e compra de equipamentos. Esse é o chamado "subvenção de investimento". Existe outro tipo de incentivo, chamado de "subvenção de custeio", que é uma redução de alíquota não atrelada a novos investimentos, apenas para o dia adia da empresa.

A discussão é sobre como os **impostos** federais serão calculados considerando esses incentivos. Como, na prática, a alíquota do ICMS é reduzida, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL também cai. Assim, o governo federal recebe menos. O que a Fazenda defende é que só haja benefício para subvenção de investimentos.

Na primeira rodada de conversas com as bancadas da Câmara, o relator do arcabouço, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), ouviu reclamações sobre pontos do texto e afirmou que não emitiria opinião pessoal sobre o assunto nesta semana nem na próxima.

Cajado conversou ontem com as duas maiores bancadas da Câmara que, juntas, somam 108 deputados: União Brasil e PP. Nos encontros, deputados criticam principalmente o fato de o projeto não fixar punição contra o presidente da República por eventual descumprimento das metas nas contas públicas. E questionaram a quantidade de exceções à regra.

Cajado vai se reunir com Haddad e Simone Tebet, do Planejamento, antes de indicar pontos de alteração no texto.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Arrecadação federal recua 0,4% em março

*Guilherme Pimenta De Brasília*

A arrecadação federal de **impostos** alcançou R\$ 171,056 bilhões em março e registrou queda real de 0,42%, na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados divulgados ontem pela **Receita Federal do Brasil** (RFB). Nos números atualizados pela **inflação**, o resultado de março foi o segundo melhor para o mês em toda a série histórica, com início em 1995, ficando atrás somente de março de 2022.

Sem correção inflacionária, a arrecadação mostrou alta de 4,21% em março.

Considerando somente as receitas administradas pela **RFB**, houve queda real de 0,07% no mês passado, somando R\$ 165,9 bilhões. A alta nominal foi de 4,58%.

Já a receita própria de outros órgãos federais (que inclui dados de royalties de petróleo, por exemplo) foi de R\$ 5,1 bilhões no mês passado, queda real de 10,70%. Em termos nominais, essas receitas caíram 6,55%.

Os dados apresentados pela Receita mostraram ainda que o governo federal deixou de arrecadar R\$ 12,4 bilhões em março por causa de desonerações tributárias.

Em março de 2022, a renúncia foi de R\$ 6,4 bilhões.

As principais fontes de renúncia no mês passado foram: Imposto sobre Produtos Industrializados (R\$ 1,9 bilhão); PIS/Cofins sobre combustíveis (R\$ 3,8 bilhões); folha de salários (R\$ 736 milhões); planos de saúde (R\$ 265 milhões); além da categoria outros, que inclui o Simples Nacional (R\$ 4,4 bilhões).

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187528?page=1&section=1>

# Câmara impede redução de subsídios tributários

A Câmara dos Deputados impôs a primeira derrota aos planos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de reduzir os subsídios tributários. Sob risco de derrota em plenário, o governo foi forçado a fazer acordo e recuar da intenção de antecipar o fim da isenção de **impostos** federais para as empresas beneficiadas pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Por outro lado, os governistas conseguiram aprovar o conteúdo de outra medida provisória (MP) que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, o que garantirá arrecadação adicional de R\$ 31,86 bilhões este ano e R\$ 57,9 bilhões para 2024.

A isenção de **impostos** federais para as empresas de eventos e turismo foi criada em 2021 pelo Congresso, à revelia do governo Bolsonaro (PL), como uma forma de ajudar o setor a se recuperar após a pandemia. No fim de 2022, o governo Bolsonaro editou a MP para limitar os beneficiados e reduzir o custo de R\$ 27 bilhões para R\$ 4 bilhões.

Essa MP foi aprovada ontem, mas a intenção do governo Lula, conforme revelou o Valor, era limitar ainda mais o benefício. A sugestão da Fazenda era limitar ainda mais o benefício e antecipar seu fim: seriam 43 atividades econômicas (CNAEs) beneficiadas até o fim deste ano, sete em 2024 e apenas hotéis e restaurantes de 2025 a 2026. Também pretendia exigir a comprovação de redução de faturamento em 2020 e 2021 para ter a isenção.

Líder do maior bloco da Câmara e autor da lei do Perse, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) afirmou que o setor não concordou com esse escalonamento. "Esquece. Nosso acordo é para preservar a intenção do Congresso ao criar o Perse e manter o benefício por cinco anos, mas limitando o número de atividades aquelas realmente voltadas ao turismo e eventos", disse.

Relator da MP e líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) precisou publicar outra versão do parecer.

com a manutenção do Perse por cinco anos e sem o requisito de exigir a comprovação de queda de faturamento durante a pandemia.

O número de atividades, inclusive, aumentou em

relação ao decreto do governo Bolsonaro, de 38 para 43. Foi mantida apenas a exigência de que a empresa já existisse em 18 de março de 2022 e que parte delas estivesse no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).

Apesar da frustração dos planos da Fazenda, Guimarães comemorou o acordo que possibilitou aprovar outras medidas. Ele incorporou ao parecer o conteúdo de outra MP, que adequa a legislação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. O PL tentou retirar isso do texto, mas foi derrotado por 289 a 108.

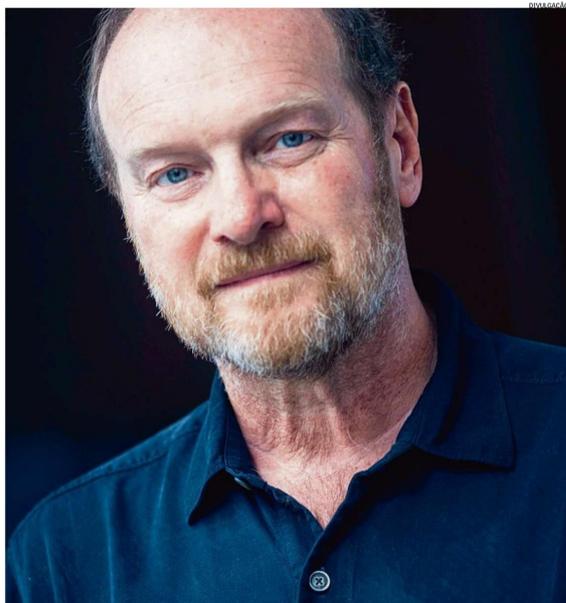
O governo incluiu ainda outros "jabutis" nessa MP: abrirá por 90 dias um Refis para santas casas e hospitais filantrópicos, destinou 5% dos recursos do Sistema S para a Embratur (presidida pelo ex-deputado Marcelo Freixo) e alterou a taxa de remuneração dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento à inovação e digitalização.

Esses recursos serão remunerados pela Taxa Referencial (TR) e não mais a Taxa de Longo Prazo (TLP), reduzindo o custo de captação do BNDES.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1&section=1>

# "Solução para crise exige unificar câmbio e cortar impostos"



Grobocopatel (foto) diz que saída de Macri, Cristina Kirchner e Fernández de eleição renova a oferta política no país

## Roberto Lameirinhas De São Paulo

A volta da confiança na economia argentina pode estar ao alcance de uma canetada de um governo disposto a ações relativamente simples, mas politicamente difíceis, como reduzir **impostos** e unificar o câmbio, diz o engenheiro agrônomo Gustavo Grobocopatel, um dos mais respeitados empresários do país. Para ele, há um volume de capital maior que o Produto Interno Bruto (**PIB**) argentino com potencial para voltar ao sistema econômico do país após as eleições gerais, que inclui a de presidente, em outubro.

"Sou um otimista, mas tenho elementos para isso", diz Grobocopatel, para quem a atual política macroeconômica do país, considerada errática pela maior parte dos economistas argentinos, mudará seja qual for o governo eleito. "As empresas estão pouco endividadas, há muito espaço para investimentos", afirma Grobocopatel. "O setor produtivo não espera apoio do Estado; espera apenas que o governo tire o pé de seu pescoço." Filho do fundador do grupo Los Grobo - um dos maiores produtores de soja, trigo e milho da América do Sul -, Grobocopatel apoiou a candidatura de Mauricio Macri em 2015. Como voz representativa do setor agropecuário, porém, manteve aberto o diálogo com o atual governo peronista/kirchnerista de Alberto Fernández, ao qual critica pelos erros que mantém a economia do país travada. "O governo anterior [de Macri] se tornou

politicamente fraco, mas havia ao menos um rumo claro", diz.

Ele não preside mais o Los Grobo - cuja maior parte das ações pertence agora à empresa de investimentos Victoria Capital Partners -, mas se mantém como sócio e continua sendo considerado a face do grupo, que atuou no Norte e Nordeste do Brasil até 2013.

Grobocopatel rejeita o título de "rei da soja", que lhe foi dado pela mídia argentina, mas assume sem constrangimento o papel de representante dos empreendedores do campo, que considera "a gente trabalhadora comprometida com seu lugar e seus valores".

Ele considera ultrapassada a divisão política entre direita e esquerda, que, para ele, não colabora para a melhora das condições de vida da população. Defende o surgimento de novos quadros políticos e argumenta que a decisão tanto de Macri quanto de Cristina Kirchner de não concorrer nas eleições "aumenta a oferta de renovação" no cenário argentino. A desistência também de Fernández à reeleição, anunciada na sexta-feira, se enquadra no mesmo raciocínio, segundo Grobocopatel.

A seguir os principais pontos da entrevista concedida ao Valor por escrito: Valor: Como o sr. e o setor do agronegócio argentino viram a medida do ministro da Economia, Sergio Massa, para criar novas taxas de câmbio como o "dólar-soja", para estimular a liquidação dos dólares do setor agrícola?

Gustavo Grobocopatel: As medidas temporárias de desvalorização para incentivar as vendas de dólares devem gerar um volume maior de vendas no curto prazo, mas obviamente em algum momento elas retomarão ao seu fluxo normal e serão menores. A quantidade de divisas referentes à exportação de soja a se liquidar não se modifica, são vendas já feitas. Por isso é preciso pensar que essas são medidas temporárias e conjunturais do governo para chegar às próximas eleições, em outubro.

Valor: Essa taxa temporária de 300 pesos do dólar-soja, maior que a oficial, mas muito menor do que a paralela, ajuda a aliviar as perdas causadas pela seca?

Grobocopatel: Os produtores têm hoje vários problemas: retenções [referentes a **impostos** e outras tarifas], diferentes cotações de divisas e uma série de outras restrições que encarecem as exportações. O setor agrícola, o mais dinâmico da economia do país, é um exemplo dessas dificuldades. Enquanto um produtor no Brasil recebe entre US\$ 500 e US\$ 550 por tonelada de soja que exporta, na Argentina, ele recebe menos de US\$ 200 por tonelada - considerando retenções e perdas cambiais. Isso dá a ideia de que essas medidas [anunciadas pelo governo] não são suficientes, muito menos no contexto da seca.

Valor: Como o sr. em particular e o setor produtivo acompanham as propostas e perspectivas para as eleições de outubro?

Grobocopatel: De um modo geral, o que se vê na Argentina é a perspectiva de que essa será uma mudança de período de governo na qual não se tem clareza ainda sobre quem serão os candidatos em outubro, mas em que se tem a convicção de que as políticas mudarão completamente, seja quem for o eleito. Eu diria que no contexto da crise atual, há esperança de que esse processo precisa e pode ser revertido.

Valor: Com qual cenário político o setor trabalha no médio prazo?

Grobocopatel: Acredito que teremos que redesenhar a forma como o Estado é gerido e liberar as forças produtivas. Espero que o próximo governo, seja ele qual for, realmente o faça.

Valor: O sr. e o setor de agronegócios tem um candidato ou apoiam um grupo político para a eleição geral de outubro?

Grobocopatel: O setor agrícola é bastante diversificado na Argentina, mas partilha de alguns valores comuns: o amor ao local onde vivem, o apego à terra e ao modo de vida das vilas do interior, o esforço, a liberdade, etc. Não há apoio formal a nenhuma força, mas todos sabemos que houve um conflito com a ex-presidente Cristina Kirchner [atual vice-presidente no governo de Alberto Fernández] que acredito, infelizmente, ainda não foi totalmente sanado.

Valor: O sr. manteve durante algum tempo investimentos no Brasil, quais aspectos da economia brasileira, na sua visão, poderiam servir de modelo para a Argentina?

Grobocopatel: Acho que a grande vantagem do Brasil é a ordem macroeconômica e a estabilidade que ela gera, por um lado, e a inexistência de **impostos** que limitam excessivamente a produção, como os de

exportação. Com essa base macroeconômica, o Brasil cresceu nos últimos anos enquanto a Argentina parou de crescer. A realidade supera qualquer ideologia ou especulação.

Valor: Como a escassez de dólares afetou o campo? Quanto isso afeta as exportações argentinas?

Grobocopatel: A escassez de dólares dificultou a importação de insumos necessários e encareceu-os, mas gostaria de esclarecer que, exceto neste ano de estiagem, as exportações cresceram ano a ano. Não houve problema de exportação, o problema é que essas reservas escaparam devido a uma política econômica equivocada do governo.

Valor: Quais seriam, na visão dos setores produtivos, as medidas de apoio necessárias do Estado para aumentar as exportações e ainda garantir o abastecimento do mercado interno para aliviar as pressões inflacionárias?

Grobocopatel: Em geral, os produtores acham que não precisam de apoio, apenas que o governo tire o pé de seu pescoço. Com a unificação da taxa de câmbio e uma redução significativa dos **impostos** de exportação, a competitividade da agricultura e de outros setores cresceriam rapidamente e os empresários começariam imediatamente a produzir mais. E, se houver mais produção, haverá mais abastecimento interno.

Valor: Como o sr. vê o cenário econômico da Argentina nos próximos anos?

Grobocopatel: Eu sou um otimista por natureza, mas considero que há fundamentos que me ajudam nisso. Há oportunidades no agronegócio, temos que voltar a crescer e recuperar tantos anos perdidos, transformando matérias-primas em produtos mais elaborados, de valor agregado; no setor energético, de petróleo e gás, os resultados chegarão em breve. E há muito espaço para novos investimentos. Há espaço, por exemplo, na mineração, um setor no qual há tudo por fazer há de tudo, principalmente lítio. Na economia do conhecimento, o mesmo, a Argentina tem muitos unicórnios e um ecossistema empreendedor dinâmico, turismo e outras indústrias.

Valor: Em termos de política econômica, quais são os principais erros que o sr. atribuiria ao governo atual? E ao governo anterior?

Grobocopatel: Em princípio, eu diria que no atual governo nunca houve visão nem capacidade de gestão e de geração de confiança. E, quando tudo começa a aparecer em um contexto negativo, os problemas acabam se tornando mais amplificados. O

governo anterior, de Macri, era politicamente frágil e não conseguiu realizar as transformações em tempo hábil, mas havia a percepção de que havia mais visão de longo prazo e maior capacidade de gestão.

Valor: Na sua visão, o que muda no cenário político argentino com a decisão de Macri de não concorrer à presidência em outubro?

Grobocopatel: Acredito que a retirada de Macri permite que a oferta eleitoral seja renovada de uma forma mais clara, mais rápida e com menos dificuldade. A sociedade está muito dividida e essas decisões - assim como a de Cristina Kirchner [que também anunciou no fim do ano passado que não se candidataria] e a de Fernández, de não buscar a reeleição - vão ajudar no processo eleitoral. Há muitos candidatos, muita diversidade de pensamentos, e isso é bom para a democracia. O sistema de Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (Paso), ajudará a tornar toda a situação mais clara em agosto.

Valor: Como o sr. vê essa guinada mais à direita dos atuais pré-candidatos da oposição, incluindo do partido de Macri? A política argentina abandonou o centro e se polarizou como no Brasil?

Grobocopatel: Acho que esse é um processo que se vê no mundo todo. Primeiro porque os eleitores mudam, a cada ano são mais jovens, com menos preconceitos que acabaram se produzindo ao longo da História, são mais livres e não tem medo das mudanças. Segundo porque as pessoas estão decepcionadas com os políticos e o modo como agem. E, terceiro, porque se aprofundaram o medo do futuro, a incerteza, o que vai acontecer com os empregos, etc., e passaram a expor suas visões sobre isso com mais vigor.

Por seu lado, os políticos continuam pensando em como alcançar o poder e manter nele - e menos nos problemas da sociedade.

Eles não ouvem ou reagem. A sociedade então reivindica essas reações de forma mais aguda. Considero um erro que continuemos pensando em termos de ir para a direita ou para a esquerda. Precisamos partir para outra forma de fazer política e de comunicar à sociedade o que está sendo feito e por quê. Pensar hoje em direita ou esquerda é um equívoco. A sociedade se divide hoje entre os que realizam e os que não realizam, entre os que têm esperança ou não, entre os que têm acesso ou não, enfim, é preciso repensar os antecedentes e as formas de se fazer política.

Valor: Macri tem indicado que estaria aberto a uma possível aliança de seu partido com o direitista radical

Javier Milei em um eventual segundo turno. A frustração com os políticos atuais pode levar os argentinos, que passaram por uma ditadura brutal, a eleger um presidente de extrema direita?

Grobocopatel: Isso se encaixa no que penso sobre formas de políticos tomarem o poder. Está tudo bem, mas acho que hoje você tem que fazer diferente. Acredito que o novo acordo com a sociedade, o novo contrato social, passa por processos coletivos de desenvolvimento socioeconômico, com inclusão e sustentabilidade. Infelizmente, são muitas as pessoas que precisam ser reincorporadas ao sistema produtivo e é um esforço que deve ser feito com sensibilidade e determinação, com coragem e inteligência.

Valor: A Argentina está novamente às voltas com uma **inflação** anual de mais de 100%, baixo crescimento e escassez de dólares. Como quebrar esse círculo vicioso?

Grobocopatel: A razão é multicausal, mas o mais importante é o déficit fiscal, a falta de competição local e global, os **impostos** extorsivos e o treinamento dos atores econômicos para sobreviver com a **inflação**. Isso tem de ser desarmado rápido. E é possível fazê-lo.

Valor: O sr. acredita na possibilidade de o país entrar em default antes das eleições?

Grobocopatel: Difícil dizer. O ministro da Economia está tratando de chegar às eleições com a menor quantidade possível de surpresas. Creio que ninguém sabe se conseguirá isso.

Valor: Anos eleitorais são sempre nervosos, com situação de reservas monetárias muito baixas e aumento de incertezas. O que o sr. espera para os próximos meses? Qual o risco de uma crise como a que a Argentina passou no final do governo Macri? Teremos tumultos?

Grobocopatel: A situação na Argentina é muito instável, mas conforme a disputa eleitoral for se definindo e tudo for ficando mais claro, a confiança e a crença na reversão da crise aparecerão. Apesar de a situação parecer difícil, a Argentina pode sair rápido das dificuldades, tem recursos para isso. As empresas estão pouco endividadadas e há um volume monetário maior que o do **PIB** em poupança privada fora do sistema - que se constitui em um fundo anticíclico privado, que deve começar a entrar se houver visão e confiança. A confiança voltará na medida em que não se modifique o rumo institucional, se cumpram as regras do jogo e se aprofunde a integração internacional. E, nesse último ponto, a mais importante é com o Brasil. Gosto sempre de lembrar que

aumentar a competitividade do agronegócio argentino, por exemplo, leva segundos. As "retenciones" [imposto sobre a exportação] podem ser eliminadas e a taxa de câmbio unificada com apenas uma canetada.

Valor: O sr. diz que o governo Macri era politicamente frágil. Existe um grupo ou candidato capaz de reunir força política para promover as necessárias mudanças estruturais na economia argentina?

Grobocopatel: Acho que a sociedade quer mudar, no momento es -tá decepcionada com o peronismo e o kirchnerismo, mas eles ainda vão manter algum poder. Também estive parcialmente junto com o macrismo e devemos lembrar que mais de 41% dos eleitores votaram nele. Insisto que, acima de nomes ou grupo, parece-me ser a hora de acordos baseados em transformações claras, firmes e sustentáveis ao longo do tempo, sem hipocrisia, com transparência e decisão. Um acordo para a transformação profunda e definitiva da política, economia e sociedade argentina. Devemos voltar a ter esse sonho de uma sociedade menos desigual e com uma imensa classe média, integrada com tudo o que há de melhor no mundo.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/>

# Supremo valida fundo goiano que taxa o agro



O governador de Goiás, Ronaldo Caiado: desde o início deste ano, quando a cobrança começou, o Estado já arrecadou mais de R\$ 400 milhões para o Fundeinfra

## Rafael Walendorff De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucionais as leis do Estado de Goiás (21.670 e 21.671/2022) que criaram e regulamentaram o Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra), com a cobrança de até 1,65% na movimentação de produtos como soja, milho, cana, bovinos e minérios goianos.

O julgamento virtual da ação (ADI 7363) que pedia a declaração de inconstitucionalidade das leis foi encerrado na última segunda-feira, com o placar de sete votos a três a favor da constitucionalidade dos textos.

A ação foi apresentada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo a entidade, as leis goianas estabeleceram o recolhimento da contribuição ao Fundeinfra como condição para o contribuinte participar de regimes de benefícios ou incentivos fiscais vinculados ao ICMS.

Em seu voto, o ministro Dias Toffoli disse que essa condição se configura uma "falsa facultatividade" no recolhimento do fundo. "O que é razoável entender, à luz da legislação ora questionada, é que os contribuintes sempre vão "preferir" pagar a contribuição em questão, a fim de não ficarem sujeitos, imediatamente, às alíquotas ou cargas normais de ICMS. Tentou-se, portanto, camuflar a obrigatoriedade de pagamento da contribuição", escreveu ele.

A posição do ministro, no entanto, foi vencida pelo voto divergente de Edson Fachin, seguido por outros seis colegas. "Entendo que o art.167, IV, da Constituição não possui carga normativa necessária a fim de servir de parâmetro de controle de constitucionalidade suficiente para cautelarmente suspender a eficácia dos dispositivos das leis goianas

que, além, de gozar de presunção de constitucionalidade, fazem-se amparadas em certa medida por decisões desse STF proferidas diante de análogas molduras fáticas-normativas desse mecanismo alternativo de arrecadação de receitas pelos Estados da federação que teve impulso diante da subtração parcial de sua competência tributária pela União com destaque para as alterações promovidas pelas Leis Complementares 192 e 194/2022", escreveu em seu voto.

Fachin argumentou ainda que "o cenário de alta litigiosidade instaurado há algum tempo na federação brasileira diante do (desequilíbrio fiscal federativo evidencia a precariedade das finanças públicas dos entes federados" e que isso "recomenda cautela no exercício da jurisdição na medida em que o alegado periculum in mora sustentado pela entidade autora na perspectiva exclusiva de setores de sua categoria econômica pode ocultar um periculum in mora inverso".

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, afirmou que a contribuição ao Fundeinfra é um tema pacificado com o setor rural goiano. Segundo ele, já existem mais de R\$ 400 milhões em caixa, cuja arrecadação começou no início deste ano.

"É uma contribuição feita pelo setor rural, que hoje entende a necessidade. Tive a oportunidade de debater na Tecnoshow, em Rio Verde. Essa ação [no Supremo Tribunal Federal] foi das mineradoras, que não deixam nada no Estado, e contestaram a contribuição", afirmou o governador goiano a jornalistas nesta terça-feira, em Brasília.

Segundo Caiado, o Estado de Goiás perdeu R\$ 2,4 bilhões em arrecadação com a desoneração de **impostos** sobre combustíveis, energia e comunicação em 2022. Para este ano, a previsão é de um furo de R\$ 5,5 bilhões no caixa goiano. "Todos os Estados perderam. Não tem como tirar dinheiro da saúde para botar em rodovia. É uma contribuição que todo mundo quer", completou.

Pelas leis, a contribuição ao Fundeinfra é de até 1,65% sobre produtos como soja, milho, cana, bovinos e minérios goianos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528>

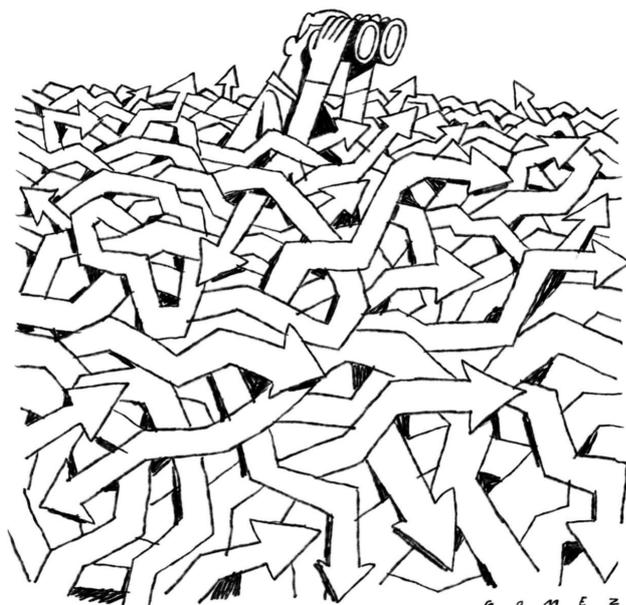
## IRPJ e CSLL

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) manteve válida a cobrança de dívida tributária, no valor de R\$ 59,7 milhões, imposta pela União a uma empresa sediada em Palhoça (SC), por irregularidades no pagamento do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. A 1ª Turma entendeu que a empresa cometeu fraude fiscal ao utilizar emissão de debêntures para reduzir indevidamente a base de cálculo dos **tributos**. A decisão foi proferida por unanimidade. A ação foi ajuizada pela contribuinte em março de 2018, empresa que atua na fabricação de aparelhos eletrodomésticos, peças e acessórios e comércio atacadista e varejista de equipamentos e materiais elétricos. A autora pediu à Justiça a anulação do débito fiscal.

Ela narrou que para financiar suas atividades e projetos de expansão, em julho de 2011, seus acionistas deliberaram pela emissão de títulos de crédito (debêntures), que teriam como remuneração a participação nos lucros da companhia. As debêntures foram integralmente adquiridas pelos acionistas da empresa. Foi afirmado que, em decorrência dos resultados positivos apresentados nos exercícios de 2011 a 2013, a autora remunerou os debenturistas, realizando a dedução dessas despesas da base de cálculo do IRPJ e CSLL devidos à União. No entanto, em setembro de 2014, a empresa recebeu da Fazenda Nacional auto de infração (processo nº 5003753-29.2018.4.04.7200).

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528>

# O arcabouço fiscal em perspectiva histórica (Artigo)



**PETRONIO PORTELLA FILHO** - Consultor concursado do Senado e doutor em economia pela Unicamp

A PEC de Transição foi aprovada em 21/12/22 e se tornou a Emenda Constitucional nº 126. Ela determina que o teto dos gastos seja substituído por regime fiscal sustentável definido por lei complementar.

Em 18 de abril, o governo Lula entregou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar nº 93/2023, que apresenta o arcabouço fiscal (AF). Ele deve pôr fim a uma era em que a política fiscal brasileira foi marcada por fanatismo e autoritarismo.

Mas essa é uma história que precisa ser contada do início.

Era uma vez uma presidente chamada Dilma Rousseff, que foi derrubada por conspiração liderada por seu vice, Michel **Temer**.

O vice, após assumir, deu giro de 180 graus na política econômica.

Eleito por coligação liderada pelo Partido dos Trabalhadores, **Temer** destruiu direitos trabalhistas que vigoravam desde 1943 (CLT) e fez aprovar a Emenda Constitucional nº 95, que botou na Constituição uma aberração chamada Teto de Gastos.

O teto determinava que as despesas primárias (DP) fossem reajustadas só pelo IPCA, um indexador ainda por cima inadequado.

Nos 20 anos anteriores à aprovação do teto, a variação acumulada do IPCA foi de 261%, a do deflator implícito do **PIB**, 390%, e a do **PIB** nominal, 749%. Se o teto fosse aplicado nos 20 anos anteriores a 2016, as DPs teriam encolhido de 19,9% do **PIB** para 8,5% do **PIB**. O teto era na verdade um esmagador de gastos.

O arcabouço fiscal (AF) veio substituir a aberração.

Sua maior virtude é ser democrático. O teto estava previsto para durar 20 anos e só podia ser alterado por emenda constitucional. O arcabouço fiscal, pelo contrário, permite ao presidente eleito definir, por lei ordinária, os parâmetros fiscais do seu governo.

O arcabouço fiscal de Lula é centrista, nem desenvolvimentista nem austericida. Ele parte de um déficit primário de 0,5% do **PIB** em 2023 para chegar a um superávit de 1% do **PIB** em 2026. O histórico de Lula me leva a confiar nas projeções. Durante seus oito anos de mandato, ele manteve superávit primário médio de 2,2% do **PIB**. Lula não pode perseguir hoje o superávit de 2% porque precisa gastar para reconstruir as redes de proteção social e a máquina pública que Bolsonaro tentou destruir.

O ajustamento previsto no AF vai exigir que a despesa primária cresça até 70% do crescimento da receita primária, com piso de 0,6% e teto de 2,5%. As viúvas do teto não gostaram da regra.

Elas preferem cortes radicais de gastos. Alegam que o arcabouço fiscal exige aumento da carga tributária. Na verdade, o AF de Lula exige apenas a retomada do crescimento. Sempre que o **PIB** aumenta, a receita cresce proporcionalmente.

O Brasil cresceu bem durante o governo Lula: em média, 4,1% ao ano. Mas cresceu apenas 0,8% ao ano desde o impeachment.

Para que o **PIB** volte a crescer, o governo precisa investir. O AF cria um piso de R\$ 75 bilhões para os investimentos públicos, que pode receber bônus de R\$ 25 bilhões. Como o **PIB** é de R\$ 10 trilhões, tais

investimentos vão representar entre 0,75% e 1% do **PIB**. É muito pouco.

A retomada do crescimento teria que ser comandada por investimentos privados. Dificilmente isso vai ocorrer se o Banco Central (BC) mantiver a Selic real em 8,5%. A saída estaria na oferta de crédito subsidiado por bancos federais.

Tal saída foi dificultada pelo AF. Ele incluiu no limite (apertado) das despesas primárias os repasses aos bancos oficiais.

O teto de **Temer**, em seu escandaloso radicalismo, excluía tais repasses do limite de gastos. O que motivou Haddad a ser mais realista que o rei? Não teria sido a crítica pública do presidente do BC aos empréstimos subsidiados?

É preocupante a submissão de Haddad a Campos Neto.

A lei da autonomia do BC condiciona a manipulação dos juros ao cumprimento de metas de **inflação** ditadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Lula tem maioria no CMN, que é presidido por Haddad. As atuais metas de **inflação** (3,25% em 2023 e 3% em 2024 e 2025), extremamente irrealistas, foram fixadas por Paulo Guedes. Se elas fossem aumentadas, o BC não teria pretexto para manter a Selic em 13,75%.

Haddad não aumentou as metas de **inflação** porque Campos Neto desaprovou. A palavra final sobre as metas passou a ser do Banco Central.

A lei tornou o BC autônomo, Fernando Haddad o tornou independente. A covardia do ministro pode fazer prevalecer a mentalidade austericida do BC, inviabilizando a retomada do crescimento, condição sine qua non para a viabilidade do arcabouço fiscal.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/26/all.pdf>

## Há metas e metas (Editorial)

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, decerto frustrou grande parte do mundo político ao declarar nesta terça-feira (25) que não tem como prever um prazo para o início do corte dos juros da instituição, hoje em elevadíssimos 13,75% ao ano.

O motivo apontado pelo executivo é simples e verificável por qualquer pessoa -a **inflação** do país continua em patamares perigosos. O IPCA registrou variação de 4,65% em 12 meses, e as expectativas para este 2023 estão em alta desde novembro passado, atingindo 6%, bem acima da meta de 3,25%.

À Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Campos Neto disse o que deveria ser óbvio para todos os governantes e legisladores -que o descontrole de preços é uma tragédia social, como o demonstra o aumento dramático da fome, da pobreza e da desigualdade na vizinha Argentina.

Note-se que o BC não pretende cumprir a ferro e fogo a meta deste ano, o que exigiria juros ainda mais altos. Mas a instituição precisa demonstrar que faz o necessário para restabelecer a normalidade em prazo hábil. É o que sustenta a credibilidade do regime de metas, prestes a completar 24 anos.

O esforço requer prestação de contas permanente, por meio de comunicados, atas e relatórios periódicos que detalham os parâmetros seguidos pela política monetária, que, mais recentemente, foi reforçada pela autonomia do BC.

O Brasil não conseguiu se aproximar de tal sucesso no controle das contas públicas, provavelmente porque as consequências da imprudência orçamentária, embora reais e graves, não são tão perceptíveis de imediato para o eleitorado.

Diferentes normas foram fixadas e desrespeitadas. A seguida por mais tempo foi a de metas de superávit primário, iniciada também em 1999 e desvirtuada sob a petista Dilma Rousseff (2011-16), quando o Tesouro se tornou deficitário.

A perseverança, a transparência e os compromissos claros da política monetária deveriam servir de inspiração para a nova regra fiscal proposta por Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Prometem-se limites para a expansão das despesas e prevê-se a volta dos superávits, mas os objetivos são pouco realistas.

Pior, o governo cuidou de estabelecer que o

descumprimento das metas não será considerado infração e que a área econômica estará desobrigada de bloquear gastos para obter os saldos previstos.

Não se trata aqui de pregar a criminalização da política fiscal, para usar um termo do ministro Fernando Haddad, da Fazenda. Entretanto a credibilidade da regra depende da indicação de que as metas não serão deixadas de lado na primeira dificuldade -como muitos pressionam hoje o BC a fazer.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50258>**

# O fator democrático do novo arcabouço fiscal - LU AIKO OTTA

Em suas conversas com integrantes do mercado financeiro, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gustavo Guimarães, notou que os cálculos e modelos sobre o novo arcabouço fiscal não têm considerado o fator democrático. E essa é, na sua avaliação, a principal inovação trazida pela proposta do governo para um novo regime fiscal sustentável.

O projeto do arcabouço estabelece que, no primeiro ano do mandato presidencial, que coincide com o primeiro ano das legislaturas na Câmara e no Senado, seja feita uma discussão sobre quanto será gasto e quanto será poupado para pagar a dívida naquele ano e nos três seguintes. O Executivo proporá, e o Legislativo apreciará, um compromisso sobre o tamanho do Estado brasileiro naquele período.

As críticas segundo as quais o arcabouço não consegue estabilizar a dívida pública se esquecem do fator democrático, comenta o secretário. Isso porque projetam para longos períodos à frente a intensidade de ajuste fiscal escolhida para o atual mandato presidencial. No entanto, o fator democrático dá base a que, em 2027, o jogo possa ser outro.

Poderá ser adotado um ajuste fiscal que corte fortemente as despesas, por exemplo. Ou que faça um ajuste rigoroso e derrube a dívida pública como proporção do **PIB**.

A diferença será dada pelos parâmetros inseridos no arcabouço. Esses serão objeto de discussão entre o Executivo e o Legislativo no primeiro ano de cada ciclo político.

Então, quem não está entendendo nada do arcabouço fiscal se prepare: nas próximas eleições, a discussão fundamental poderá ser sobre parâmetros.

Se em 2022 debateu-se o teto de gastos, se seria ou não mantido, em 2026 a discussão tende a ser se as despesas seguirão crescendo a um ritmo menor do que as receitas, e quanto.

De forma bem resumida, o arcabouço é um conjunto de regras que busca estabilizar a dívida pública. Combina uma meta de resultado primário (diferença entre receitas e despesas, exceto juros, usada para abater a dívida pública) e uma regra de crescimento das despesas em relação às receitas.

Neste governo, as despesas vão crescer ao ritmo de 70% do aumento das receitas. As metas de resultado primário foram fixadas em 0% em 2024, 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2025 e 1% do **PIB** em 2026. Com isso, a dívida ficará em 77,7% do **PIB** em 2024, 78,5% do **PIB** em 2024 e 79,3% do **PIB** em 2026.

Ou seja: a dívida não se estabiliza. Até cresce.

O arcabouço é acusado de ser frouxo. É por causa dos parâmetros escolhidos para o período até 2026. Eles determinam um ajuste gradual.

E é assim, explica Guimarães, porque o projeto vencedor nas urnas em 2022 contempla a recuperação de políticas públicas e a retomada de programas como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Isso exigiu acrescentar R\$ 145 bilhões no Orçamento deste ano, via PEC da Transição.

É algo que não pode ser cortado de uma vez nos anos seguintes.

Assim, o compromisso para os quatro anos do atual mandato presidencial é cumprir uma regra de limite de despesa, mas com um espaço maior do que haveria, por exemplo, se fosse mantida a regra do teto de gastos.

Essa proposta está colocada com clareza para todo o período, o que permite aos agentes econômicos colocar preço na dívida pública.

Esse comprometimento com a meta reduz a importância relativa das dificuldades eventualmente enfrentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para recompor a base tributária do Estado brasileiro, avalia o secretário. De uma forma ou outra, assegura, a Fazenda buscará os R\$ 155 bilhões que faltam para zerar o déficit fiscal no ano que vem.

Prova disso é a discussão sobre o retorno da tributação federal sobre combustíveis, ocorrida em março. Não foi possível retomar 100% da cobrança, como queria a área econômica. Mas o resultado foi obtido com uma reoneração parcial e uma elevação temporária do Imposto de Exportação sobre petróleo. O mesmo deve ocorrer na taxa de compras no

exterior. Após idas e vindas, os marketplaces chineses prometem aderir às normas da **Receita Federal**.

É dessa forma que o debate do momento, o corte de incentivos fiscais, será conduzido, diz Guimarães.

Ninguém na equipe econômica tem ilusão que será um debate fácil. Mas o propósito é colocá-lo sob a luz, para avançar da forma possível.

Outra novidade do arcabouço é tentar acabar com um "me engana que eu gosto" que vigora há anos na política fiscal. Por exemplo, ao tornar facultativo o bloqueio de verbas caso as contas públicas estejam rumando para um saldo menor do que a meta.

Pelas normas atuais, um quadro assim exige o bloqueio de despesas. Não raro, o ano começa com esse tipo de medida. No segundo semestre, geralmente, o dinheiro é liberado. Os ministros precisam correr para executar seu orçamento. É uma prática ruim para a gestão orçamentária, segundo o secretário.

O arcabouço permite que o bloqueio não seja feito. Até porque haverá uma margem de tolerância para o resultado fiscal. Se ainda assim a meta for descumprida, estão previstas duas sanções: o Executivo tem de se explicar ao Legislativo e, no ano seguinte, as despesas crescerão a 50%, e não mais a 70% das receitas.

Na mesma linha, a proposta diz que a falha em alcançar a meta não configura descumprimento da lei.

Guimarães afirma que não é a criminalização que fará o gestor buscar o objetivo de resultado primário. Compara com o que ocorre com o Banco Central. Se a autoridade monetária é leniente na busca da meta de **inflação**, afirma ele, as expectativas se deterioram. O mesmo deverá ocorrer com a condução da política fiscal, e esse será o maior incentivo à boa condução das contas públicas.

A agenda da política fiscal brasileira tem à frente discussões difíceis que, por isso mesmo, são adiadas há décadas. Seria muito bom se as dificuldades políticas, com Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) no radar, não colocassem esse ímpeto a perder.

Mandato começa com decisão sobre tamanho do Estado

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187528?page=1&section=1>